

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

SINARA DE OLIVEIRA SGANZERLA

**CUSTOS NA ATIVIDADE RURAL: UM ESTUDO DE CASO NA PRODUÇÃO DE
UVA E PÊSSEGO EM UMA PROPRIEDADE FAMILIAR EM PINTO BANDEIRA**

BENTO GONÇALVES

2019

SINARA DE OLIVEIRA SGANZERLA

**CUSTOS NA ATIVIDADE RURAL: UM ESTUDO DE CASO NA PRODUÇÃO DE
UVA E PÊSSEGO EM UMA PROPRIEDADE FAMILIAR EM PINTO BANDEIRA.**

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Contábeis da Universidade de
Caxias do Sul

Orientador TCC I: Prof. Dr Fernando Ben.
Orientador TCC II: Prof. Dr Fernando Ben.

BENTO GONÇALVES

2019

SINARA DE OLIVEIRA SGANZERLA

CUSTOS NA ATIVIDADE RURAL: UM ESTUDO DE CASO NA PRODUÇÃO DE UVA E PÊSSEGO EM UMA PROPRIEDADE FAMILIAR EM PINTO BANDEIRA.

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis da Universidade de Caxias do Sul

Orientador TCC I: Dr Fernando Ben.
Orientador TCC II: Dr Fernando Ben.

Aprovada em 04/12/2019

Banca Examinadora:

Presidente

Prof. Dr. Fernando Ben
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Examinadores:

Profª. Me. Simone Taffarel Ferreira
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Profª .Me. Joice de Souza
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Dedico a todos vocês, sempre estiveram ao meu lado, que me incentivando, em especial a meu namorado que muito contribuiu para que este trabalho atingisse seus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Quero expressar meus agradecimentos a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, colaboraram para que este trabalho fosse realizado. Em especial ao meu orientador, Prof. Fernando Ben, pela sua competência e orientação durante todo o desenvolvimento desta monografia. Agradeço de forma toda especial aos meus pais que me apoiaram o tempo todo para que este trabalho atingisse esse objetivo pretendido, aos meus amigos pela ajuda, meu namorado pela compreensão e principalmente por dividir comigo um dos momentos mais importantes da minha vida acadêmica e por fim, mas não menos importante meus professores, pelo apoio e acreditarem nas minhas escolhas.

“A persistência é o caminho do êxito”.

Charles Chaplin

RESUMO

A agricultura está avançando no cenário econômico brasileiro, tornando-se uma prática primordial para o desenvolvimento das sociedades. Com isso, exige-se cada vez mais qualidade e preço competitivo dos produtores rurais. O presente trabalho teve como objetivo principal a análise de custos e de lucratividade em uma pequena propriedade, localizada no interior de Pinto Bandeira, com foco principal nas culturas de uva e pêssego. Para atingir este objetivo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica para melhor conceituação de contabilidade de custos e agronegócio. Seguido de um estudo de caso juntamente com o produtor, através da margem de contribuição e do ponto de equilíbrio, foi identificado que o cultivo da uva é mais lucrativo para o produtor por ter um maior hectare de área plantada. Após a análise do estudo de caso, identificou-se o índice de lucratividade de cada produção, constatando assim o percentual de lucro que o produtor detém em cada cultura e também os produtos industrializados. O propósito a alcançar é a percepção do agricultor diante da contabilidade, sua real função perante a agricultura, para ajudar o produtor a ter um controle de custos e que ele consiga utilizá-los nas demais atividades da propriedade.

Palavras-chave: Agricultura. Contabilidade de custos. Uva. Pêssego.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Pêssego Irágil.....	24
Figura 2 – Pêssego Chimarrita.....	24
Figura 3 – Parreiral de Uva	26
Figura 4 – Conceitos básicos de gastos.....	32
Figura 5 – Custeio por Absorção.....	35
Figura 6 – Imagem aérea da propriedade rural	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Variedade de pêsesgos cultivados em 2018	44
Tabela 2 – Variedade de uvas cultivadas em 2018	45
Tabela 3 – Receitas por variedade de pêsego	45
Tabela 4 – Receitas por variedades de uvas.....	46
Tabela 5 – Depreciação anual de bens da propriedade	47
Tabela 6 – Custos fixos anuais da propriedade.....	47
Tabela 7 – Rateio por área cultivável	48
Tabela 8 - Rateio da depreciação das culturas	48
Tabela 9 - Rateio dos custos fixos das culturas.	49
Tabela 10 – Funrural	49
Tabela 11 – Frete sobre a entrega das culturas	50
Tabela 12 – Rateio dos custos com óleo diesel	50
Tabela 13 - Insumos por safra variedade de uva	51
Tabela 14 – Insumos por safra por variedade de pêsego.....	52
Tabela 15 – O valor de mão de obra dos trabalhadores.....	52
Tabela 16 – Análise comparativa dos custos.	53
Tabela 17 – Apresentação do resultado líquido	53
Tabela 18 – Apuração do resultado pelo método de custeio variável por variedade.....	54
Tabela 19 – Margem de contribuição unitária.....	55
Tabela 20 – Ponto de equilíbrio contábil	55
Tabela 21 – Ponto de equilíbrio econômico.....	56
Tabela 22 – Ponto de equilíbrio financeiro	57
Tabela 23 – Índice de lucratividade por cultura	57
Tabela 24 – Índice de lucratividade por hectare	57
Tabela 26 – Custos com embalagem da uvada	59
Tabela 27 – Custo total da uvada.....	59
Tabela 28 - Produção da compota de pêsego	59
Tabela 29 – Custos com embalagem da compota de pêsego	60
Tabela 30 – Custo total da compota de pêsego	60
Tabela 31 – Produção da pessegada.....	61
Tabela 32 – Custos com embalagem da pessegada.....	61
Tabela 33 – Custos totais da pessegada	62

LISTA DE ABREVIATURAS

a.c	antes de Cristo
Dr.	doutor
Esp.	especialista
Me.	mestre
n.	número
nº.	número
p.	página
prof.	professor
v.	volume
vol.	Volume
qtde	Quantidade

LISTA DE SIGLAS

EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias
PIB	Produto Interno Bruto
RS	Rio Grande do Sul
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UCS	Universidade de Caxias do Sul
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

LISTA DE SÍMBOLOS

%	por cento
h	horas
kg	quilograma
l	litro
m	metro
un	unidade
R\$	reais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO	15
1.2	TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	16
1.2.1	Delimitação do tema.....	16
1.2.2	Definição da questão de pesquisa.....	17
1.3	HIPÓTESES OU PROPOSIÇÕES	17
1.4	OBJETIVOS	17
1.4.1	Objetivo geral	17
1.4.2	Objetivos específicos.....	17
1.5	JUSTIFICATIVA	18
1.6	ESTRUTURA DO ESTUDO	19
2	REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1	AGRONEGÓCIOS.....	20
2.1.1	Agricultura Familiar.....	21
2.1.2	Produtor Rural	22
2.1.3	Fruticultura: um destaque para as culturas de Uva e Pêssego.....	22
2.1.4	Cultivo do Pêssego	23
2.1.5	Cultivo de Uva.....	25
2.2	CONTABILIDADE RURAL.....	26
2.2.1	Ano Agrícola	27
2.2.2	Classificação das atividades agrícolas	27
2.2.1.1	Culturas Temporárias	28
2.2.1.2	Culturas permanentes	28
2.3	CONTABILIDADE DE CUSTOS	28
2.3.1	Terminologias em custos	29
2.3.2	Depreciação	29
2.3.3	Investimento	30
2.3.4	Desembolso	30
2.3.5	Despesa.....	31
2.3.6	Gasto	31
2.3.7	Perda	31

2.4	CLASSIFICAÇÃO DE CUSTOS	32
2.4.1	Custos Diretos	32
2.4.2	Custos Indiretos	33
2.4.3	Custos Fixos	33
2.4.4	Custos Variáveis	34
2.5	MÉTODOS DE CUSTEIO	34
2.5.1	Custo por absorção ou total	34
2.5.2	Método de custeio direto ou variável	35
2.5.1.1	Margem de contribuição	36
2.5.1.2	Ponto de equilíbrio	37
2.5.1.3	Ponto de equilíbrio contábil ou operacional	37
2.5.1.4	Ponto de equilíbrio econômico	37
2.5.1.5	Ponto de equilíbrio financeiro	38
2.5.1.6	Margem de segurança	39
2.5.1.7	Custeio por atividade (ABC)	39
2.6	ANÁLISE DE DESEMPENHO	40
2.7	ÍNDICE DE LUCRATIVIDADE	40
3	METODOLOGIA	42
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA	42
3.2	PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS	42
4	ESTUDO DE CASO EM UMA PROPRIEDADE RURAL	43
4.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROPRIEDADE	43
4.2	ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE UVA E PÊSSEGO: RECEITAS E CUSTOS	44
4.2.1	Identificação das receitas por variedade	45
4.2.2	Análise de custos por variedade	46
4.2.2.1	Custos fixos	46
4.2.2.2	Custo Variável	49
4.2.2.2.3	Custos variáveis diretos na produção da Uva	51
4.2.2.2.4	Custos variáveis diretos na produção do Pêssego	52
4.2.3	Análise comparativa dos totais dos custos dos cultivos	53
4.2.3.1	Margem de contribuição por variedade de cultura	54

4.2.3.2	Análise do ponto de equilíbrio por cultura.....	55
4.4.3.3	Índice delucratividade.....	57
4.3	INDUSTRIALIZAÇÃO DE PRODUTOS.....	58
4.4	ANÁLISE CRITICA DOS RESULTADOS	62
5	CONCLUSÃO	65
	REFERÊNCIAS.....	67

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo foram definidos o tema e o problema da pesquisa, e também são apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa, bem como sua justificativa, a qual explica os motivos da escolha do tema deste estudo.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

A velocidade das mudanças e tecnologia na sociedade atual tem desafiado cada vez mais os empreendedores e assim como eles a agricultura se tornou uma atividade lucrativa após a evolução do modelo econômico, tendo uma participação significativa na economia mundial, sendo o Brasil o terceiro maior produtor mundial de acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (Revista Globo Rural, 2019). O Brasil possui uma grande extensão geográfica, e de clima favorável, sendo um país propício para o desenvolvimento da agricultura rural.

Diante do avanço tecnológico os produtores necessitam do uso da contabilidade de custos com foco na contabilidade rural, que tem a função de estruturar os dados que compõem os custos de produção da propriedade atuando no auxílio da gestão e na adoção estratégica que permitem ter melhor resultado. Essa situação aumentar a quantidade de produção e de lucros, que é de extrema importância para tomar decisões claras e objetivas. Os custos de produção nem sempre são utilizados como meio de gestão e a maioria dos produtores rurais não tem autoconhecimento para fazer o gerenciamento da cultura escolhida para o plantio, motivo que pode levar a ter várias consequências de prejuízo.

Neste contexto, o trabalho visa mostrar ao proprietário a importância da sua permanência na agricultura, onde é possível também controlar os custos de forma correta e ter um retorno financeiro, elaborar projeções financeiras, prevendo assim, melhor sucesso nos seus resultados. Na propriedade a ser estudada as principais culturas são a produção de pêssego e uva, ambas consideradas permanentes aonde a colheita é feita entre os meses de novembro até março. Para Marion (1985, p. 35) “são aquelas que permanecem vinculadas ao solo e proporcionam mais de uma colheita ou produção. Normalmente atribui-se às culturas permanentes uma duração mínima de quatro anos”.

Sendo assim, o presente trabalho transforma-se em uma ferramenta viável para o auxílio ao produtor para que ele possa implantar na sua propriedade uma correta gestão para safras futuras.

1.2 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

1.2.1 Delimitação do tema

Segundo Crepaldi (1998) a empresa rural é a unidade de produção em que são exercidas atividades que dizem a respeito às culturas agrícolas, criação de gado ou culturas florestais, com a finalidade de obtenção de renda. O fator de produção mais importante para a agropecuária é a terra, pois na terra se aplicam os capitais e se trabalha para obter a produção. Se a terra for ruim ou muito pequena, dificilmente se produzirão colheitas abundantes e lucrativas, por mais capital e trabalho de que se disponha o agricultor.

Neste segmento os custos de produção e resultados da atividade são um foco de muita importância a ser discutido, pouco conhecidos pelos produtores, porém de extrema relevância para manter o controle e o gerenciamento do negócio. É a necessidade de se aplicar os recursos da melhor forma, bem como saber o retorno que a atividade rural apresenta tem se tornado mais relevante, visto que o negócio requer o máximo de aproveitamento dos recursos disponíveis, sabendo-se que os custos da atividade podem oscilar de acordo com o produto e as quantidades produzidas.

Segundo Crepaldi (2016)

O conhecimento da situação no mercado e da fonte de recursos naturais dá ao produtor rural elementos básicos para o progresso de sua atividade econômica. Cabe a ele decidir o que, quanto e como produzir, controlar a ação após iniciar a atividade e, por fim considerar os resultados alcançados e confrontá-los com os previstos inicialmente.

Segundo Iudícibus, Marion e Faria (2017) a contabilidade é um instrumento, capaz de auxiliar o proprietário ou o administrador a tomar de decisões, através da coleta e mensuração de dados e apresentação dos mesmos através de relatórios, contribuindo de forma significativa na tomada de decisões. Diante disso, a contabilidade é fundamental para um bom andamento e desempenho da propriedade

rural. Utilizando uma correta avaliação de controle de custos e planejamento o agricultor consegue, muitas vezes, verificar quais de suas produções são mais rentáveis e aplicar métodos que o ajudem a maximizar seus resultados. Não basta apenas produzir, é preciso desempenhar a função de administrar financeiramente seu empreendimento.

1.2.2 Definição da questão de pesquisa

Com base na delimitação do tema de pesquisa proposto, a questão de pesquisa para o estudo é: Qual o custo e a lucratividade de uma propriedade rural produtora de pêssego e uva localizada na cidade de Pinto Bandeira?

A definição da questão de pesquisa, além de levar em consideração a delimitação do tema, também considerou a necessidade do produtor conhecer os dados relacionados á produtividade para que seja possível uma análise da viabilidade de terminada produção produzida.

1.3 HIPÓTESES OU PROPOSIÇÕES

H₁:O cultivo de pêssego é o que apresenta mais lucratividade .

H₂:Há diferença significativa nos resultados da produção das duas culturas.

H₃:O cultivo da uva é o que apresenta maior produtividade tendo como consequência maior lucratividade.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo geral

Analisar os custos e a lucratividade de duas culturas de pêssego e de uva, cultivados em uma pequena propriedade localizada em Pinto Bandeira- RS.

1.4.2 Objetivos específicos

- Buscar referencial bibliográfico relacionado a agricultura rural e produção de culturas permanentes;

- Apresentar os conceitos relativos a custos na atividade agrícola;
- Realizar um estudo de caso em uma propriedade agrícola de duas culturas o pêssego e a uva;
- Analisar os custos e a rentabilidade dos produtos industrializados na propriedade rural.

1.5 JUSTIFICATIVA

O conhecimento das condições de mercado e dos recursos naturais dá ao produtor rural os elementos básicos para o desenvolvimento de sua atividade econômica. Cabe a ele agora decidir o quê, quanto e como produzir, controlar a ação após iniciar a atividade, e, por último, avaliar os resultados alcançados e compará-los com os previstos inicialmente.

“O conjunto dessas ações de decidir o que, quando e como produzir, controlar o andamento do trabalho e avaliar os resultados alcançados se constitui o campo de ação da administração rural, Crepaldi (1998, p. 22)”.

Administração rural é um grande segmento da agricultura, com o passar dos anos se percebe um avanço tecnológico, empregado nas propriedades rurais e verifica-se uma grande dificuldade dos produtores quanto aos custos empregada nas produções. Os custos de uma produção é a ferramenta principal que a contabilidade evidencia nas decisões precisas, refletindo no resultado.

Reis ressalta a importância da contabilidade na propriedade rural:

Entretanto, os produtores necessitam de um maior gerenciamento e controle de suas operações, para tomarem as decisões com mais coerência, através das informações de aspectos financeiros e econômicos das propriedades. Neste contexto, a contabilidade surge como um importante aliado na busca por informações precisas e importantes para o gerenciamento dos negócios. A contabilidade rural irá proporcionar um melhor conhecimento das atividades desenvolvidas, gerando informações econômicas e financeiras dos negócios (REIS 2012, p. 01).

A elaboração deste estudo, tem por objetivo adquirir ao agricultor o conhecimento de custos rural, que terá um controle apurado de sua propriedade aonde poderá evitar perdas, investimentos incorretos, dando maior resultado na atividade desempenhada. Grande parte da frustração dos agricultores é não ter

conhecimento dos custos da propriedade e também qual cultura será mais lucrativa para ele.

1.6 ESTRUTURA DO ESTUDO

O trabalho está dividido em cinco capítulos no primeiro capítulo, é apresentada uma contextualização do tema e problema de pesquisa, bem como as hipóteses e os objetivos.

O segundo capítulo é reportado ao referencial teórico, iniciando com o assunto voltado para o tema, o agronegócio e a agricultura familiar, apresentando ainda as duas culturas estudadas, destacando suas variedades e expondo as características.

Na sequência é apresentada a contabilidade rural e sua real relevância para o cenário econômico agrícola, assim como, a importância de sua utilização como ferramenta gerencial para o meio do agronegócio.

Posteriormente, para auxiliar no estudo é abordado o tema da contabilidade de custos. Seguindo da distinção das variadas terminologias usadas para o custo até a separação dos custos fixos de variáveis, após este levantamento, são abordados os métodos de custeio. Finalizando o referencial teórico com as análises de desempenho, são apresentados, os conceitos e formas de cálculo da margem de contribuição e do ponto de equilíbrio, concluindo com a definição de índice de lucratividade. O objetivo do capítulo é reunir informações relevantes para aplicar no estudo, a fim de apurar dados necessários para a sequência do mesmo.

No terceiro capítulo é apresentada a metodologia aplicada no estudo. Nele é exposto o delineamento da pesquisa, esclarecendo quais procedimentos foram seguidos para iniciar e concluir o estudo.

Por fim, no quarto capítulo, com base no estudo de caso, é analisada a propriedade a fim de apresentar quais das culturas são mais rentáveis para o produtor.

E conclui-se que conforme Tabela 23 em função de ter uma maior área plantada, a cultura da uva é mais lucrativa do que a do pêssego.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo são apresentados temas que tratam do gerenciamento de custos, com a finalidade de fundamentar teoricamente a contabilidade de custos, assim como métodos e classificação de custos.

2.1 AGRONEGÓCIOS

O agronegócio ou agrobusiness como também é chamado, é o conjunto de negócios relacionados à agricultura dentro do ponto de vista econômico.

Conforme Portal do Agronegócio (2019),

Moderno, eficiente e competitivo, o agronegócio brasileiro é uma atividade próspera, segura e rentável. Com um clima diversificado, chuvas regulares, energia solar abundante e quase 13% de toda a água doce disponível no planeta, o Brasil tem 388 milhões de hectares de terras agricultáveis férteis e de alta produtividade, dos quais 90 milhões ainda não foram explorados. Esses fatores fazem do país um lugar de vocação natural para a agropecuária e todos os negócios relacionados à suas cadeias produtivas. O agronegócio é hoje a principal locomotiva da economia brasileira e responde por um em cada três reais gerados no país.

O agronegócio é o responsável por 33% do Produto Interno Bruto (PIB), 42% das exportações totais e 37% dos empregos brasileiros (PORTAL DO AGRONEGOCIO, 2019). Nos últimos anos, poucos países tiveram um crescimento tão expressivo no comércio internacional do agronegócio quanto o Brasil. Os números comprovam: em 1993, as exportações do setor eram de US\$ 15,94 bilhões, com um superávit de US\$ 11,7 bilhões. Em dez anos, o país dobrou o faturamento com as vendas externas de produtos agropecuários e teve um crescimento superior a 100% no saldo comercial.

Dessa forma, o conceito agronegócio engloba os fornecedores de bens e serviços para a agricultura, os produtores rurais, os processadores, os transformadores e distribuidores e todos os envolvidos na geração e no fluxo dos produtos de origem agrícola até chegarem ao consumidor final. Participam também desse complexo os agentes que afetam e coordenam o fluxo dos produtos, como o governo, os mercados, as entidades comerciais, financeiras e de serviços. (MENDES e PADILHA JUNIOR, 2007, p. 46).

Ainda para Mendes (2007) a comercialização agrícola não consiste apenas na venda, caracteriza como um processo da produção ao longo de um canal de comercialização no qual o produto sofre transformação, diferenciação e agregação do valor.

Conforme Lopes (2012), o setor agroindustrial brasileiro é um dos mais antigos e tradicionais e as transformações que vem ocorrendo em todo o mundo estão sendo absorvidos por muitos empreendimentos rurais nacionais, favorecendo excelentes possibilidades de negócios aos empreendimentos e aumentando a concorrência interna.

O agronegócio ocupa um lugar de destaque na economia mundial, principalmente nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, assegurando o alimento para as pessoas e sua manutenção, além disso, colabora para o crescimento da exportação e do país que o executa.

2.1.1 Agricultura Familiar

A Agricultura Familiar exerce papel fundamental na economia brasileira. Conforme estabelece a Lei 11.326/2006, agricultor familiar é aquele que dirige seu estabelecimento com sua família, utilizando sua própria mão-de-obra, e que sua renda predominante seja originada de atividades econômicas vinculadas ao empreendimento familiar.

É constituída por pequenos e médios produtores, sendo estabelecido que eles não detenham área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais (EMATER, 2019).

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (2014), destaca que:

A agricultura familiar inclui todas as atividades agrícolas de base familiar e está ligada a diversas áreas do desenvolvimento rural. A agricultura familiar consiste em um meio de organização das produções agrícola, florestal, pesqueira, pastoril e aquícola que são gerenciadas e operadas por uma família e predominantemente dependente de mão-de-obra familiar, tanto de mulheres quanto de homens.

Araújo (2013) define de acordo com o art. 3º da Lei 11.326/06 como sendo agricultor familiar e empreendedor familiar rural, aquele que não possuir uma área maior de 4 módulos fiscais; utilizar predominantemente mão de obra familiar; ter um

percentual mínimo de renda que seja oriundo da atividade desenvolvida em seu estabelecimento, e que ele seja administrado pelos integrantes da família.

A Empresa brasileira de pesquisa e agropecuária – EMBRAPA (2018) traz que de acordo com o último Censo Agropecuário do IBGE, de 2006, 84,4% dos estabelecimentos rurais são de agricultura familiar, onde compreendem 24,3% de toda a área rural do país. Na região sul do país, existe uma agricultura familiar mais organizada, o setor gasta mais na compra de insumos, apresenta uma maior disponibilidade de capital e produz mais. Ainda, nesta região, de acordo com dados do último Censo, a agricultura familiar atinge um valor bruto de produção agrícola superior do que a da agricultura não familiar, R\$ 1.613,94/ha contra R\$792,78/ha, respectivamente.

Segundo dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Bittencourt, 2018), cerca de 70% dos alimentos que estão na mesa dos brasileiros são provenientes da agricultura familiar. Essa modalidade de agricultura impulsiona economias locais e tem contribuído para o desenvolvimento rural sustentável ao estabelecer uma relação íntima e vínculos duradouros da família com seu ambiente de moradia e produção.

2.1.2 Produtor Rural

Conforme o Projeto de Lei do Senado (PLS 325/06) o Estatuto do Produtor Rural conceitua-o como:

Pessoa física ou jurídica que explora a terra, com fins econômicos ou de subsistência, por meio da agricultura, da pecuária, da silvicultura, do extrativismo sustentável, da aquicultura, além de atividades não agrícolas respeitadas a função da terra (PLS 325/06).

2.1.3 Fruticultura: um destaque para as culturas de Uva e Pêssego

Conforme a Universidade Estadual de Londrina (2019), fruticultura é a ciência relacionada ao cultivo de plantas frutíferas e tem por objetivo a exploração racional de plantas lenhosas que produzem frutos comestíveis.

A fruticultura difere da agricultura pela particularidade no tratamento de cada planta. Na agricultura as plantas recebem um tratamento coletivo, isto é, semeia-se e colhe-se como um todo. Para chegar à colheita, além da semeadura, são necessárias as operações de repicagem, transplante, enxertia, condução, poda, desbaste, colheita individual, isto é, fruto a fruto, conservação e embalagem.

2 1.4 Cultivo do Pêssego

Conforme a EMBRAPA (2003), o pêssego é uma fruta originária da China, e teria chegado ao Brasil no ano de 1.532 no estado de São Paulo. A cultura de pêssego se desenvolve predominantemente na região sul do país, onde o clima é temperado sendo propício para seu cultivo.

Pequena árvore de folha caduca, que pode atingir 4-6 m de altura e 3-6 m de diâmetro, tem as folhas compridas, estreitas e de coloração verde clara, as flores têm a coloração rosada ou roxa e aparecem no princípio da primavera. A maioria das variedades são auto-férteis, não necessitando de outras cultivares para ter produção.

A polinização pode ser feita pelos insectos (abelhas) ou pelo vento, tem uma vida produtiva de 15-20 anos, com entrada em produção aos 3 anos e atinge a plena produção aos 4-12 anos, pessegueiro pode viver mais de 25-30 anos.

O fruto, de forma esférica ou oval de cor amarela e vermelhada ou esverdeada e amarelada, que pode ter a polpa amarela ou branca, solo de Textura franco-limoso ou Sílico-argilosos, profundos e bem drenados, arejados e férteis com muita matéria orgânica e profundidade maior que 50 cm. Temperatura de Ótimas: 10-22 °C Min: -20°C Max: 40 °C Paragem do Desenvolvimento: 4°C Morte da planta: Precisa de 150-600 de horas de frio (abaixo dos 7°C).

Proximo passo é a adubação, controle de pragas como mosca da fruta, afídeos, cochonilha, pássaros e ácaros, não suportam geadas tardias e ventos fortes, é pouco tolerante ao encharcamento, a colheita é feita no final da primavera, principio do verão.

A Figura 1 apresenta a variedade de pêssego iragil produzida na propriedade.

Figura 1 – Pêssego Irágil



Fonte: Hortibrasil¹ (2019)

Conforme visto na Figura 1 o pêssego do tipo Irágil é de forma pontuda, mais rosados que as outras variedades, com pouca amarela.

Outra variedade de pessego existente é o chimarrita conforme visualizado na Figura 2.

Figura 2 – Pêssego Chimarrita



Fonte: Hortibrasil² (2019)

Conforme visto na Figura 2 o pêssego do tipo chimarrita é de forma mais

¹ <http://hortibrasil.org.br>

² <http://safarigarden.com.br>

arredondada, coloração avermelhada possui polpa branca.

As cultivares de pêssego são classificadas em função parâmetros, que são: cor da polpa das frutas, as exigências em frio para haver a quebra da dormência, a época em que ocorrerá a maturação dos frutos, o tamanho médio dos frutos, e a qualidade da polpa dos frutos.

Alguns tipos de pêssego cultivado na propriedade: PS precoce, chimarita, PS tardio, chiripa vermelho, iragil.

2.1.5 Cultivo de Uva

A árvore que produz este fruto se chama videira, também conhecida como parreira, possui um formato arredondado, podendo ser, de acordo com a espécie, da cor preta, rosada ou verde.

A videira aparece como a terceira mais importante cultura em termos de área plantada, com uma área estimada de 8.000 hectares, no ano 2002, segundo a (EMBRAPA,2004).

A radiação solar atua nos processos de fotoenergia (fotossíntese) e nos processos de fotoestímulos (processos de movimento e de formação), o preparo do solo visa melhorar as suas condições físicas para o crescimento das raízes, mediante o aumento da aeração, da infiltração de água e da redução da resistência do solo à expansão das raízes. A produtividade e a duração dos dias entre floração e colheita, período que deve contar com muita luminosidade.

Quando ocorre o plantio há dois períodos indicados, se a muda for um enxerto de raiz nu, a melhor época é de julho a agosto, se for muda de torrão, pode ser feito em qualquer época, desde que seja possível irrigar. A videira precisa de podas de formação e de produção a de formação é executada desde o plantio da muda até a planta ganhar o tamanho e o formato desejados, a poda serve para manter o equilíbrio entre a vigor da vegetação e a frutificação.

Conforme a Revista Globo Rural (2019), da poda à colheita, o plantio demora de 85 a 200 dias. O que determina o período são a intensidade luminosa e a temperatura. Indica-se a irrigação para garantir maior produtividade e qualidade.

Na Figura 3, é apresentado o formato do parreiral que é utilizado na propriedade rural.

Figura 3 – Parreiral de Uva



Fonte: <https://juliemcasa.com/tag/parreira-uva-producao/>

A Figura 3 mostra o desenvolvimento de um parreiral conduzida pelo sistema de latada.

2.2 CONTABILIDADE RURAL

De acordo com Crepaldi (2016), a Contabilidade Rural no Brasil ainda é pouco aplicada, provavelmente devido ao desconhecimento por parte dos empresários agrícolas da importância das informações obtidas através da contabilidade e da clareza que estas informações proporcionam na tomada de decisões. Ou aspecto apontado pelo autor é em função da mentalidade conservadora de alguns produtores rurais, que preservam a ideia de manter seus próprios controles, baseados na experiência adquirida com o passar dos anos. Ainda Crepaldi (2016) ressalta que o grande problema para utilização da contabilidade rural está na dificuldade de separar o que é custo de produção do que é gasto pessoal do agricultor.

A contabilidade rural tem como objetivo principal realizar o controle do patrimônio e a apuração do resultado das entidades rurais considerando suas especificidades (SENAR, 2019).

A Contabilidade Rural pode demonstrar toda a vida evolutiva do empreendimento e é um dos principais sistemas de controle para as empresas rurais. Por meio de seus relatórios, ela permite verificar a situação da empresa sob

os mais diversos enfoques econômicos e financeiros, envolvendo a análise da estrutura de capital, da evolução financeira, da capacidade de pagamento das dívidas e do retorno dos investimentos (SENAR, 2019).

Para Cardoso et al (2013, p. 15), “a contabilidade é a ciência social que tem por objetivo medir, para poder informar, os aspectos quantitativos e qualitativos do patrimônio de quaisquer entidades.” Destaca ainda, que a contabilidade é o processo de registrar, resumir, classificar e comunicar as informações financeiras, e que seu grande produto é o provimento de informações para planejamento e controle.

Crepaldi (2016) afirma que o empresário rural precisa conhecer a quantidade e o valor de cada bem que constitui o capital da empresa que dirige. É visto que os diversos tipos de capital apresentam características bem diferentes. As benfeitorias, os animais e as máquinas e implementos permanecem em uso na propriedade durante anos. Já os insumos, uma vez empregues, desaparecem.

2.2.1 Ano Agrícola

Segundo Marion (2012) empresas rurais são aquelas que exploram a capacidade produtiva do solo por meio do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de determinados produtos agrícolas.

Marion (2012) a concentração da receita, na atividade rural, normalmente ocorre, durante ou logo após a colheita, devido a sua produção sazonal. Procede-se com o resultado e se inicia um novo ano agrícola, que é o período compreendido entre a plantação, colheita e normalmente a comercialização da safra.

Porém algumas empresas em vez de comercializarem o produto, armazenam a safra para obter melhor retorno no preço, neste caso considera-se ano agrícola o término da colheita.

2.2.2 Classificação das atividades agrícolas

Quando se diz a respeito à contabilidade rural, é importante considerar o tipo de cultura produzido na propriedade, se é temporária ou permanente, pois também irá determinar na forma de contabilização.

2.2.1.1 Culturas Temporárias

Crepaldi (2016) refere-se às culturas temporárias, como sendo, aquelas que estão sujeitas ao replantio após cada colheita, neste caso, os custos para a formação da cultura serão considerados no período da sua realização.

Marion (1985) destaca que as culturas temporárias, também são chamadas de culturas anuais, pois após a colheita, são arrancadas do solo para que seja realizado novo plantio.

2.2.1.2 Culturas permanentes

“São aquelas não sujeita a replantio após a colheita” (CREPALDI, 2016, p.103).

Segundo Arruda (2018) culturas permanentes são aquelas com período de duração maior que um ano, ou que proporcionam mais de uma colheita, sem ter a necessidade de um novo plantio, ganhando apenas tratos inerentes à produção no intervalo entre as colheitas.

Para Marion (2014) as despesas administrativas, de vendas e financeiras não compõem o gasto de formação da cultura, mas são apropriadas diretamente como “despesa do período” e não são, portanto, ativadas. O autor afirma ainda que, durante a formação da cultura, os custos devem ser acumulados no Ativo Não Circulante – Imobilizado como “Cultura Permanente em Formação”, especificando o produto. Após formação da cultura e quando estiver em condições de produzir, o saldo da conta “Cultura Permanente em Formação” será transferido para a conta “Cultura Permanente Formada” no Ativo Não Circulante – Imobilizado. Essa conta está sujeita a contabilização da depreciação, a partir do mês em que começar a produzir.

2.3 CONTABILIDADE DE CUSTOS

Conforme o CRCSP (1997), a contabilidade de custos tem como primeira finalidade fornecer informações sobre as movimentações de produto, orientando seus administradores na busca de alternativas para gestão de negócios.

Para Santos et al (2015) a contabilidade de custos, inicialmente era utilizada para fornecer elementos para avaliação dos estoques e apuração dos resultados, hoje

toma um rumo importante com funções na contabilidade gerencial, principalmente na utilização dos dados de custos para auxílio ao controle e para tomada de decisões.

A contabilidade de custos é direcionada para a análise dos gastos realizados pelas entidades durante suas atividades operacionais, contribuindo na tomada de decisões, envolvendo as opções de produção, formação de preço e alternativas entre produção própria e terceirizada. Ela contribui na determinação do lucro, processando as informações contábeis, e possibilita ainda, dado sobre a rentabilidade e desempenho de diversas atividades da entidade, auxiliando no planejamento e controle e no desenvolvimento das operações (VEIGA e SANTOS, 2016).

2.3.1 Terminologias em custos

Dentro da contabilidade de custos existem terminologias diferentes dependendo da área observada, se faz necessário o esclarecimento de alguns desses conceitos.

2.3.2 Depreciação

Define depreciação como sendo: “reconhecimento da perda ou diminuição da capacidade de gerações de caixa dos bens” FAVERO et. al. (1997 p.45)”.

Crepaldi (2016, p. 137) define depreciação como sendo:

A diminuição do valor dos bens corpóreos em decorrência do desgaste ou perda de utilidade pelo uso, ação da natureza ou obsolescência. A taxa de depreciação pode ser fixada em função da vida útil prevista pelos agrônomos, tipo de solo, clima ou em função da produção estimada.

Marion (2014) traz que a depreciação dos implementos agrícolas como tratores, colhedoiras e aparelhos agrícolas deve ser de forma específica, visto que, não são utilizados durante o ano todo, em virtude das entressafras, chuvas, geadas, etc. Daí a necessidade de calcular a depreciação desses equipamentos por hora trabalhada e não por tempo de vida útil, como geralmente ocorre com equipamentos industriais.

2.3.3 Investimento

Martins (2018) Gasto ativado em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a futuro(s) período(s).

Crepaldi (2018) é todos os gastos ativados em função da utilidade futura de bens ou serviços obtidos, é realizado na obtenção de um bem para o ativo da entidade, bem este ativado em função de sua vida útil ou porque será atribuído a exercícios futuros. Os investimentos em função da época do retorno se classificam em circulantes: estoques de matérias-primas e produtos para revenda; permanentes: máquinas, equipamentos e instalações.

Para Hoog (2013, p. 19) “Investimento é o ato ou o efeito de investir, logo é a aplicação em dinheiro (em títulos, ações, imóveis, podendo ser alheio ao objeto social), com o propósito de obter ganho.” São classificados no ativo não circulante em função de sua vida útil ou benefícios atribuíveis a futuros períodos.

2.3.4 Desembolso

Crepaldi (2018) diz que desembolso é o pagamento resultante da aquisição ou produção de um bem, serviço ou despesa, podendo acontecer antes, durante ou após a entrada da utilidade comprada. Pode ocorrer coincidentemente ao gasto (pagamento à vista) ou depois dele (pagamento a prazo). Exemplo: pagamento de uma fatura, onde na compra a prazo, o gasto ocorre imediatamente, mas o desembolso só ocorre no pagamento.

Segundo Bruni (2012) a contabilidade deve registrar os fatos de acordo com o princípio da competência, isto é, no momento real em que ela aconteceu já o desembolso representa o registro financeiro do pagamento de tal fato contábil, independente de quando o produto ou serviço foi ou sera consumido, pago ou não.

2.3.5 Despesa

Conforme Ribeiro (2018) compreende os gastos decorrentes do consumo de bens e da utilização de serviços das áreas administrativa, comercial e financeira, que direta ou indiretamente visam a obtenção de receitas.

Para Neves (2013) gasto com bens e serviços não utilizados nas atividades produtivas e consumidos com a finalidade de obtenção de receitas são todos os custos que estão incorporados nos produtos acabados da empresa industrial são reconhecidos como despesas (apropriação em conta de resultado) no momento em que tais produtos são vendidos.

2.3.6 Gasto

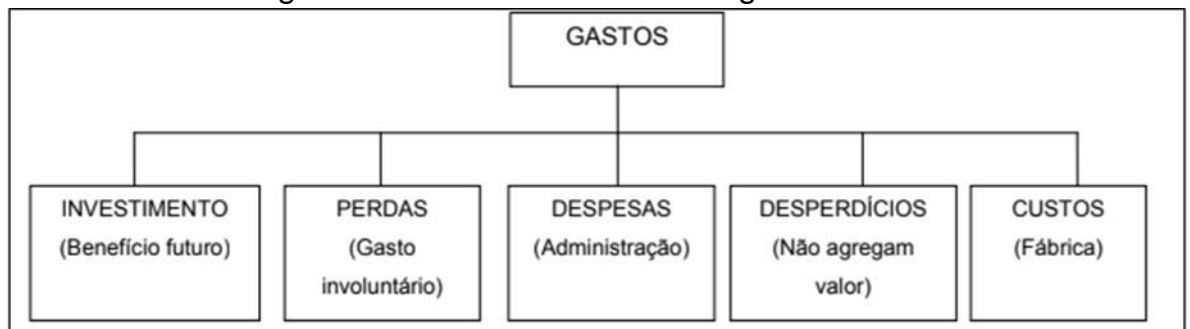
Crepaldi (2018) são os encargos financeiros efetuados por uma entidade com vista à obtenção de um produto ou serviço qualquer para a produção de um bem ou para a obtenção de uma receita. Representados por entrega ou promessa de entrega de ativos (geralmente dinheiro). Somente são considerados gastos no momento em que existe o reconhecimento contábil da dívida ou da redução do ativo dado em pagamento.

2.3.7 Perda

Silva e Lins (2017) afirmam que perdas referem-se ao consumo de um bem ou serviço de forma involuntária, às perdas podem ser classificadas em dois grupos: normais e anormais. As perdas normais são aquelas inevitáveis e inerentes do processo produtivo, como exemplo o erro num corte de chapa de ferro, ocasionando em perda, é tratado como custo do produto e faz parte do processo produtivo. No caso das perdas anormais são classificadas como despesa do período.

A Figura 4 mostra de forma resumida todos os conceitos das terminologias em custos. Sendo do termo de gastos que partem as demais nomenclaturas.

Figura 4 – Conceitos básicos de gastos



Fonte: Adaptado de Wernke (2004).

Visto a conceituação de Perda, na seção seguinte abordam-se as classificações de custos.

2.4 CLASSIFICAÇÃO DE CUSTOS

Compreendemos ser relevante e também deixar claro os conceitos referentes a forma como os custos são interpretados e alocados aos produtos, quanto a apropriação e quanto ao volume.

2.4.1 Custos Diretos

Conforme (Lins e Souza, 2017) quando for possível a sua fácil identificação e mensuração precisa ao objeto de custo, bastando existir uma medida de consumo em quilos, horas de mão de obra. Desse modo, os custos diretos variam proporcional e diretamente à quantidade produzida.

Segundo Crepaldi e Crepaldi (2017, p. 23).

Custos diretos: são os custos incorridos em determinado produto, identificando-se como parte do respectivo custo. São também os custos diretamente associados com o produto ou serviço que está sendo orçado, ou seja, o custo dos insumos que entram na execução do referido produto ou serviço. Podem ser diretamente (sem rateio) apropriados aos produtos, bastando existir para isso uma medida de consumo (quilos, horas de mão de obra ou de máquina, quantidade de força consumida etc.). De maneira geral, associam-se a produtos e variam proporcionalmente à quantidade produzida.

2.4.2 Custos Indiretos

Padoveze (2014) classifica custos indiretos como sendo todos os gastos que não podem ser alocados de forma direta ou objetiva aos produtos ou a outro segmento, sejam atribuídos aos produtos, serviços ou departamentos, esses gastos serão por meio de critérios de distribuição (rateio, alocação, apropriação).

Conforme Martins (2018) custos indiretos é relativo ao pessoal de chefia, supervisão ou ainda atividades que, apesar de vinculadas à produção, nada têm de aplicação direta sobre o produto: manutenção, prevenção de acidentes, contabilidade de custos, programação e controle da produção etc.

São os que não se pode identificar diretamente com os produtos e cuja apropriação necessita de rateios. É todo custo que não está vinculado diretamente a cada unidade do produto, mas ao processo de fabricação (CREPALDI, 2010). São chamados também custos gerais de fabricação (CGF). Exemplos: aluguel da área ocupada pela fábrica (setor produtivo), depreciação das máquinas e ferramentas industriais, energia elétrica consumida pela fábrica, mão de obra indireta (demais funcionários da fábrica), materiais indiretos (lubrificantes, lixas, cola) e demais custos fabris.

2.4.3 Custos Fixos

Segundo Martins (2018) podem-se subclassificar os Custos Fixos em Repetitivos e Não repetitivos em valor, isto é , custos que se repetem em vários períodos seguintes na mesma importância (caso comum do pessoal da chefia da fábrica, das depreciações etc.) e custos que são diferentes em cada período (manutenção, energia etc.).

Um exemplo muito utilizado para custos fixos é o do aluguel, cujo valor mensal é o mesmo em cada período, independente do volume produzido. Mesmo quando o valor do aluguel é reajustado na renovação do contrato, o custo continua sendo fixo, por que houve apenas uma atualização do valor (DUTRA,2017).

2.4.4 Custos Variáveis

Crepaldi (2010) diz que custos que são uniformes por unidade, mas que variam no total na proporção direta das variações da atividade total ou do volume de produção relacionado. Exemplos: matéria-prima, embalagem. Custo variável é o custo cujo total apresenta variação diretamente proporcional ao volume de produção ou serviço.

Segundo Neves (2013) os custos variáveis são aqueles cujos valores se alteram em função do volume de produção da empresa, como é o caso da matéria-prima consumida, que se não houver produção, o custo variável será nulo. Os custos variáveis aumentam à medida que aumenta a produção.

2.5 MÉTODOS DE CUSTEIO

Segundo Fonseca (2015) os métodos de custeio são formas de atribuir custos a um produto ou serviço, podem ser desenvolvidos sob o enfoque econômico ou enfoque contábil:

Econômico = utilização dos resultados dos custos para a tomada de decisão.

Contábil = seu resultado visa o atendimento à apuração de resultados.

As quatro formas de atribuir custos aos produtos ou serviços estão apresentadas na sequência.

2.5.1 Custo por absorção ou total

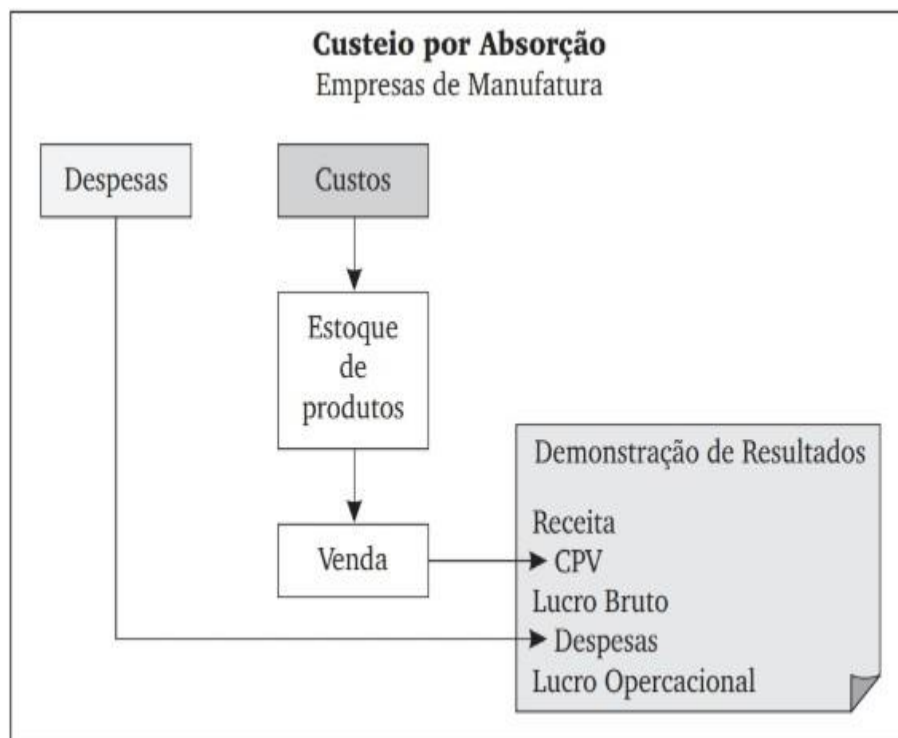
Para Souza e Clemente (2011) o custeio por absorção foi projetado para monitorar eficiência de processos e, portanto, não se deve tentar extrair dele informações para a gestão de ganhos (negociação, alavancagem de produtos, formação de preços etc.

O custeio por absorção, também chamada de custeio integral ou custo integral, é aquele que faz debitar ao custo dos produtos todos os custos da área de fabricação, definidos como custos diretos ou indiretos, fixos ou variáveis, de estrutura ou operacionais. O próprio nome do critério é revelador dessa particularidade, ou seja, o procedimento é fazer com que cada produto ou produção

(ou serviço) absorva uma parcela dos custos diretos e indiretos relacionados à fabricação (CREPALDI, 2014).

Bornia (2010) também comenta que se relaciona principalmente com a avaliação de estoques, ou seja, com o uso da contabilidade de custos como apêndice da contabilidade financeira, a qual se presta para gerar informações para usuarios externos à empresa. O custeio por absorção ideal adapta-se particularmente ao auxílio do controle de custos e apoio ao processo de melhoria contínua da empresa.

Figura 5 – Custeio por Absorção



Fonte: Martins (2010, p. 37)

2.5.2 Método de custeio direto ou variável

Segundo Martins (2010 p. 198), “no custeio variável, só são alocados aos produtos os custos variáveis, ficando os custos fixos separados e considerados como despesas do período, indo diretamente para o resultado”.

Conhecido como custo direto, este sistema de custeamento considera apenas os custos variáveis incorridos no processo de fabricação para determinar o custo de um bem ou serviço, deixando de lado os custos fixos (CREPALDI, 2010).

Esse método contempla apenas os custos diretos ou variáveis como custo de fabricação. Os custos indiretos integram o resultado juntamente com as despesas. Por contemplar apenas parte dos custos incorridos na fabricação, esse sistema não é aceito pelo Fisco. Desta forma a adoção desse sistema de custeio é restrita apenas para fins gerenciais (RIBEIRO, 2015).

2.5.1.1 Margem de contribuição

Clemente e Souza (2011), a margem de contribuição bruta espelha o potencial de geração de resultados da área industrial antes do ressarcimento dos custos fixos.

Bornia (2019), afirma que margem de contribuição é montante da receita diminuído dos custos variáveis. Já a margem de contribuição unitária, analogamente, é o preço de venda menos os custos variáveis unitários do produto.

Segundo Crepaldi e Crepaldi (2017, p. 166) “a margem de contribuição é o preço de venda menos os custos variáveis e as despesas variáveis.” Representada pela fórmula 1:

$$MC = RV - CV \quad (1)$$

Onde,
MC = margem de contribuição;
RV= vendas totais;
CV = custo variável total.

Dessa forma, a margem de contribuição é o que resta após diminuir os custos variáveis e as despesas variáveis. É a quantia com a qual o produto contribui para amortizar os custos fixos mais as despesas fixas e para formar o lucro. Representa o valor que cobrirá os custos e despesas fixos da empresa e proporcionará o lucro. (CREPALDI E CREPALDI, 2017).

2.5.1.2 Ponto de equilíbrio

Para Padoveze (2013), o ponto de equilíbrio demonstra em termos quantitativos qual é o volume que a empresa precisa produzir ou vender para que consiga pagar todos os custos e despesas fixas, além dos custos e despesas variáveis em que necessariamente tem de incorrer para fabricar/vender o produto.

Martins (2010), (também denominado Ponto de Ruptura – Break-even Point) nasce da conjugação dos Custos e Despesas Totais com as Receitas Totais.

Segundo Bornia (2010) o ponto de equilíbrio ou ponto de ruptura como também é conhecido é o nível de vendas onde o lucro é nulo, ou seja, a empresa não tem lucro nem prejuízos.

2.5.1.3 Ponto de equilíbrio contábil ou operacional

Para Ribeiro (2015), quando falamos em ponto de equilíbrio, de maneira geral, estamos nos referindo ao ponto de equilíbrio contábil, ou seja, ao estágio alcançado pela empresa no qual a receita total iguala-se aos custos e despesas totais, não havendo, contabilmente, nem lucro nem prejuízo. Representada pela fórmula 2:

$$PEC = \frac{CDFT}{MCU} \quad (2)$$

Onde,

PEC = ponto de equilíbrio contábil;

CDFT = custos e despesas fixas totais;

MCU = margem de contribuição unitária.

2.5.1.4 Ponto de equilíbrio econômico

Segundo Crepaldi e Crepaldi (2016), ponto de equilíbrio econômico ocorre quando existe lucro na empresa e está busca comparar e demonstrar o lucro da empresa em relação à taxa de atividade que o mercado financeiro oferece ao capital

investido. Mostra a rentabilidade real que a atividade escolhida traz, confrontando-a com outras opções de investimentos. Representada pela fórmula 3:

$$PEE = \frac{CDFT + ML}{MCU} \quad (3)$$

Onde,

PEE: Ponto de equilíbrio econômico;

CDFT: Custos e despesas fixos totais;

ML: Margem de lucro;

MCU: Margem de contribuição unitária.

O ponto de equilíbrio econômico, de acordo com Yanase (2018), é todo investimento que sugere retorno, que será de acordo com o prazo de risco: quanto maior o prazo e/ou o risco, maior será o retorno esperado.

2.5.1.5 Ponto de equilíbrio financeiro

O ponto de equilíbrio financeiro é representado pelo volume de vendas necessária para que a empresa consiga honrar seus compromissos financeiros. Nem todos os custos de produção representam desembolsos. Dessa forma, os resultados contábeis e econômicos não são iguais aos financeiros. (Crepaldi, 2016). Representada pela fórmula 4:

Fórmula:

$$PEF = \frac{CDFT - DND}{CMU} \quad (4)$$

Onde,

PEF = ponto de equilíbrio financeiro;

CDFT = custos e despesas fixas totais;

DND = despesas não desembolsáveis;

MCU = margem de contribuição unitária.

O ponto de equilíbrio financeiro busca encontrar a quantidade de vendas necessárias para cobrir os gastos desembolsáveis o que não inclui depreciação, exaustão ou amortizações. “O ponto de equilíbrio financeiro corresponde à quantidade que iguala a receita total com a soma dos gastos que representam desembolso financeiro para a empresa” (BRUNI; FAMÁ, 2012, p. 191).

2.5.1.6 Margem de segurança

Segundo Leone e Leone (2010, p. 352) margem de segurança “é a diferença entre o que a empresa pode produzir e comercializar, em termos de quantidade de produtos, e a quantidade apresentada no ponto de equilíbrio”. É chamada de margem de segurança por que demonstra o espaço que a empresa tem para lucrar após alcançar o ponto de equilíbrio.

2.5.1.7 Custeio por atividade (ABC)

Pra Ribeiro (2018) Activity-Based Costing, ou custeio baseado em atividades é um sistema de custeio que se caracteriza pela atribuição dos custos indiretos aos produtos por meio de atividades é um conjunto de tarefas decorrentes da combinação de recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos que visa à produção de bens ou a prestação de serviços.

Segundo Lins e Silva (2017):

O ABC tem por objetivo fundamental revisar o método e a filosofia de se apropriarem os custos indiretos, buscando, através dos conceitos de rastreamento das atividades aos produtos, uma forma mais justa e objetiva de determinar os custos dos produtos e serviços. Um dos destaques do ABC é o fato de incorporar avaliações e gastos que ultrapassam a área de produção. Nesse sentido, os gestores perceberam que atividades não produtivas necessitam de acompanhamento e avaliação tanto quanto aquelas efetivamente produtivas.

Segundo Padoveze (2013) o custeio ABC preocupa-se exclusivamente com os custos indiretos ou fixos, objetivando identificar, primeiro, os elementos causadores de seu consumo e, apenas posteriormente, promover a alocação aos produtos. O que o diferencia do custeio por absorção, é que ele estende o método aos gastos administrativos e comerciais e, da mesma maneira, procura identificar os elementos causadores dos gastos de cada atividade, para depois alocá-los aos produtos.

2.6 ANÁLISE DE DESEMPENHO

Crepaldi (2016) completa dizendo, que o administrador tem a necessidade de saber onde e de que forma estão aplicando seus recursos e qual está sendo o retorno financeiro obtido, portanto, para isso, se faz necessário uma base de dados consistente e real, a fim de, gerar informações gerenciais confiáveis. Por meio da organização dos dados gerenciais, o administrador pode saber como está a rentabilidade de sua atividade produtiva, quais os resultados obtidos e como eles podem ser otimizados e como melhorar as receitas e reduzir as despesas.

2.7 ÍNDICE DE LUCRATIVIDADE

Padoveze e Benedicto (2013) trazem o significado de lucratividade como sendo o lucro obtido em relação ao valor das vendas. Pode-se ter tanto lucro unitário, que é o lucro obtido pela venda de cada unidade de produto ou serviço, quanto o lucro total, é todo o lucro líquido obtido pelo total das receitas de vendas dos produtos em determinado período.

Segundo Padoveze e Benedicto (2010, p. 20-21), são três as principais formas de cálculo da lucratividade em relação às vendas:

- a) a margem bruta, que decorre da dedução dos custos de aquisição ou produção das mercadorias, produtos ou serviços, da receita líquida das vendas;
- b) a margem operacional ou lucratividade operacional, que decorre da dedução, da margem bruta, dos custos e das despesas comerciais e administrativas;
- c) a margem líquida, ou lucratividade líquida que decorre, basicamente, da dedução, da margem operacional, dos custos financeiros líquidos e dos impostos sobre o lucro.

Lucratividade segundo SEBRAE (2018) “é um indicador de eficiência operacional obtido sob a forma de valor percentual e que indica qual é o ganho que a empresa consegue gerar sobre o trabalho que desenvolve”.

3 METODOLOGIA

Quanto aos procedimentos técnicos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, onde através das explicações realizadas acerca dos assuntos relacionados ao tema pesquisado, sendo possível estruturar a informações para a análise criteriosa da produção rural, tema escolhido. Malheiros (2011) traz como finalidade de pesquisa bibliográfica, identificar na literatura as contribuições científicas sobre o tema específico. Complementando a pesquisa bibliográfica utilizou um estudo de caso.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Os procedimentos técnicos utilizados são pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. A pesquisa do documental trata-se da busca de informações em livros e artigos científicos. Marconi e Lakatos conceituam a pesquisa bibliográfica como, “[...] é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados ao tema” (MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 172).

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Quanto aos procedimentos de coleta e análise dos dados, é realizada uma pesquisa bibliográfica, onde, através do levantamento dos assuntos relacionados ao tema a ser pesquisado, se buscará evidenciar os diversos aspectos que devem ser considerados na apuração do custo e análise dos resultados da produção de pêssego e uva.

Para complementar, será realizado um estudo de caso em uma propriedade rural localizada no município de Pinto Bandeira-RS, visando aplicar de forma prática os conceitos teóricos levantados através da pesquisa bibliográfica.

Os procedimentos utilizados na pesquisa foi:

- Realizar entrevistas com o proprietário da propriedade em estudo;
- Tabelas de custos, conforme dados do produtor, elaboradas no Excel;

Análise dos dados levantados utilizando o embasamento teórico, estudando cada resultado obtido, com a finalidade de orientar o produtor quais das suas culturas é a mais lucrativa, alinhado ao objetivo e a questão de pesquisa.

4 ESTUDO DE CASO EM UMA PROPRIEDADE RURAL

Este capítulo aborda o estudo de caso, onde são apresentados os dados de uma propriedade rural familiar, seu desenvolvimento advém de dados analisados na propriedade e de informações recolhidas com o produtor rural. Com o objetivo principal, descrito os resultados alcançados.

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROPRIEDADE

A propriedade rural onde foi realizado o estudo de caso possui uma área total de 12 hectares de terras, sendo utilizada para produção, 5.6 hectares, conforme exposto na Figura 6 destacados em vermelho. Localizada no interior de Pinto Bandeira, uma cidade da Serra Gaúcha, com aproximadamente 3.003 habitantes, de acordo com dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019).

Figura 6 – Imagem aérea da propriedade rural.



Fonte: Adaptado de Google Maps (2019).

Atualmente a propriedade é administrada pelo produtor, foi adquirida em 1982, é de base familiar, composta por 3 pessoas, um casal e um filho, porém, apenas 1 pessoa trabalha na atividade agrícola.

Na propriedade além do cultivo do pêssigo e da uva os proprietários possuem um restaurante e comercializam produtos coloniais que derivam da uva e do pêssigo.

4.2 ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE UVA E PÊSSEGO: RECEITAS E CUSTOS

O estudo de caso teve como base de dados às informações obtidas junto ao proprietário, oriundas de anotações e documentos ocorridas por período de cada safra. Sendo que, o período de produção do pêssigo ocorre entre os meses de novembro de 2018 a dezembro de 2018 e, a uva entre os meses de janeiro a março de 2019, juntamente com a análise dos custos dos mesmos.

As variedades foram escolhidas por critério do produtor, e por cada cultura estar presente em épocas distintas do ano. O objetivo principal do estudo é analisar individualmente os custos das duas culturas, para que, posteriormente consiga-se analisar qual será mais lucrativa para o produtor.

Conforme Tabela 1 são apresentadas as variedades de pêssigos cultivados na propriedade rural a ser estudada.

Tabela 1 – Variedade de pêssigos cultivados em 2018.

Variedade	Área (ha)	Produção (kg)
Pêssego PS Precoce	0,4	5.000
Pêssego Chimarita	1,2	28.000
Pêssego PS Tardio	0,8	14.000
Total	2,40	47.000

Fonte: Elaborado pela autora.

A Tabela 1 apresenta as variedades de pêssigos por hectare, assim sendo um total de 2,40 de área plantada e possui uma produção de 47.000 kg no ano de 2018.

Conforme Tabela 2 são apresentadas as variedades de uvas cultivadas na propriedade rural a ser estudada.

Tabela 2 – Variedade de uvas cultivadas em 2018.

Variedade	Área (ha)	Produção (kg)
Uva Magna	0,40	7.400
Uva Isabel	1,00	25.700
Uva Moscato Embrapa	0,30	6.160
Uva Malvazia de Candia	0,50	15.240
Uva Cabernet Sauvignon	0,40	6.080
Uva Carmem	0,60	16.440
Total	3,20	77.020

Fonte: Elaborado pela autora.

A Tabela 2 apresenta as variedades de uvas por hectare, assim sendo um total de 3,20 de área plantada e possui uma produção de 77.020 kg no ano de 2018.

4.2.1 Identificação das receitas por variedade

As receitas de cada cultivo foram identificadas de acordo com as notas do talão de produtor emitidas no período analisado, conforme Tabela 3.

Tabela 3 – Receitas por variedade de pêssigo

Variedade	Produtividade (kg)	Preço Unitário	Total
Pêssego Chimarita	28.000	R\$ 1,60	R\$ 44.800,00
Pêssego PS Precoce	5.000	R\$ 2,40	R\$ 12.000,00
Pêssego PS Tardio	14.000	R\$ 1,89	R\$ 26.460,00
Total	47.000		R\$ 83.260,00

Fonte: Elaborado pela autora.

A Tabela 3 evidencia as receitas brutas das três variedades de pêssigo que são cultivadas na propriedade.

A tabela 4 apresenta as receitas das uvas no período analisado.

Tabela 4 – Receitas por variedades de uvas.

Variedade	Produtividade (kg)	Preço Unitário	Total
Uva Moscato Embrapa	6160	R\$1,25	R\$7.700,00
Uva Malvazia de Candia	15.240	R\$1,41	R\$21.488,40
Uva Magna	7.400	R\$1,15	R\$8.510,00
Uva Isabel	25.700	R\$0,90	R\$23.130,00
Uva Carmem	16.440	R\$0,76	R\$12.494,40
Uva Cabernet Sauvignon	6.080	R\$2,25	R\$13.680,00
Total	77.020		R\$87.002,80

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme Tabelas 3 e 4 é demonstrada a receita total por variedades de pêssigo e uva. No preço da venda está sendo considerado o valor estipulado pela cantina aonde é entregue a uva e o pêssigo pela câmara fria. Conforme evidenciado, percebe-se que a uva rende uma receita maior de R\$ 87.002,80 reais enquanto o pêssigo uma receita de R\$ 83.260,00 reais, porem a quantidade de uva produzida é maior que a de pêssigo.

4.2.2 Análise de custos por variedade

Analisar dados com todo o material obtido durante o processo de estudo.

4.2.2.1 Custos fixos

Os custos fixos são decorrentes dos gastos fixos da produção, aqueles que independem da quantidade produzida na safra.

Um dos fatores que, para o produtor, passa despercebido é o custo com a depreciação, nele são calculados todos os imobilizados da propriedade. Através da Tabela 5, são analisados todos os bens da propriedade.

Tabela 5 – Depreciação anual de bens da propriedade.

Bem	Quant.	Preço de aquisição	Ano de Aquisição	Estimativa de vida útil (anos)	Taxa depreciação anual	Valor anual da depreciação
Bins 450 Kg	11	R\$ 9.130,00	2017	5	20%	R\$ 1826,00
Carreta agrícola	1	R\$ 3.800,00	2015	10	10%	R\$ 380,00
Galpão	1	R\$ 30.000,00	2005	10	10%	R\$ 3.000,00
Grampo para trator	1	R\$ 5.000,00	2010	10	10%	R\$ 500,00
Motosserra	2	R\$ 2.800,00	2014	10	10%	R\$ 280,00
Plaina agrícola	1	R\$ 4.000,00	2012	10	10%	R\$ 400,00
Plataforma Basculante	1	R\$ 3.500,00	2014	10	10%	R\$ 350,00
Pulverizador	1	R\$ 15.000,00	2010	10	10%	R\$1.500,00
Roçadeira	1	R\$ 450,00	2010	10	10%	R\$ 45,00
Torre com tombador	1	R\$ 21.500,00	2017	10	10%	R\$ 2.150,00
Trator Yanmar	1	R\$ 63.960,00	2010	20	5%	R\$ 3.198,00
TOTAL		R\$ 167.140,00				R\$ 13.629,00

Fonte: Elaborado pela autora.

Para avaliação da depreciação das máquinas e equipamentos foi utilizado o método de cálculo do tempo de vida útil em ano. Estimativa da vida útil para cada bem foi elaborado em conjunto com o produtor. Juntamente com a depreciação, ocorrem outros custos fixos na propriedade.

Através da Tabela 6, são analisados o total de custos fixos anuais.

Tabela 6 – Custos fixos anuais da proprieda

ITR	R\$45,00
Manutenção do trator e implementos	R\$1.000,00
Óleo de motor	R\$103,50
Peças	R\$1.000,00
Seguro trator e implementos	R\$580,00
Pró-Labore	R\$24.000,00
TOTAL	R\$26.728,50

Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com a Tabela 6, são apresentados todos os custos fixos anuais da propriedade, sendo incluído para todas as culturas cultivadas.

Os custos fixos foram determinados de acordo com o produtor, decorrentes do ano de 2018, sendo o período da safra analisada. Para o cálculo do pró-labore foi considerado o valor de R\$2.000,00 por mês totalizando no ano o valor de R\$24.000,00. Por se tratar de agricultura familiar não são considerados os demais encargos trabalhistas, como 13º salário, férias e outros benefícios.

A Tabela 7 apresenta o rateio por área cultivável das culturas de uva e pêssego.

Tabela 7 – Rateio por área cultivável

Cultura	Área Produzida (ha)	% Área analisada
Uva	3,2	57,14%
Pêssego	2,4	42,86%
Total	5,6	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

Por meio da Tabela 7, os custos fixos da propriedade foram rateados conforme o percentual que os mesmos representam para determinada cultura estudada. Percebe-se a cultura da uva representa cerca de 57,14% e a safra do pêssego, representa cerca de 42,86% do total de hectares produtivos do período.

Através deste critério de rateio, atribuiu-se para o custo fixo da depreciação, que o total foi de R\$ 13.629,00 (Tabela 5), conseqüentemente o valor da depreciação por cultura, será apresentando conforme a Tabela 8.

Tabela 8 - Rateio da depreciação das culturas.

	Uva	Pêssego	Total
% de rateio	57,14%	42,86%	100%
Total	R\$7.787,62	R\$5.841,38	R\$13.269,00

Fonte: Elaborado pela autora.

Por meio da Tabela 8, a depreciação das culturas foi rateada conforme o percentual que os mesmos representam para determinada cultura estudada.

Percebendo que o cultivo de uva possui mais valor em depreciação.

A Tabela 9 apresenta o rateio dos demais custos fixos da propriedade, nos mesmos padrões que a depreciação, utilizando a quantidade de hectares produtivos por cultivo.

Tabela 9 - Rateio dos custos fixos das culturas.

Custos fixos	Uva	Pêssego	Total
% de rateio	57,14%	42,86%	100%
Total	R\$15.272,66	R\$11.455,84	R\$26.728,50

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme Tabela 9 foi feito o rateio conforme o percentual representativo de cada cultura. Desta forma, a uva ficou com o valor de custos fixos por safra de R\$ 15.272,66 e a pêssego com R\$11.455,84.

4.2.2.2 Custo Variável

Diferentemente dos custos fixos, os custos variáveis estão ligados diretamente na produção final, eles mudam de acordo com a quantidade produzida, estão classificados como diretos e indiretos para ambas as cultura.

Na Tabela 10 é calculado o imposto do funrural, sendo de obrigatoriedade o recolhimento do mesmo.

Conforme a Lei n.º 13.606, de 9 de janeiro de 2018, publicada pela Presidência da República, a alíquota de recolhimento do Funrural até o ano de 2017 era de 2,3%, a partir de 1º de janeiro de 2018 a alíquota total a ser aplicada no caso de produtores rurais passou a ser 1,5%.

Tabela 10 – Funrural

	Receita Bruta	Funrural	Total
Pêssego Chimarita	R\$44.800,00	1,50%	R\$672,00
Pêssego PS Precoce	R\$12.000,00	1,50%	R\$180,00
Pêssego PS Tardio	R\$26.460,00	1,50%	R\$396,90
Total			R\$1.248,90

Fonte: Elaborado pela autora.

As deduções se referem ao Fundo de Apoio ao Trabalhador Rural, conhecido por FUNRURAL. Segundo a Rede Jornal Contábil (FUNRURAL, 2019) este imposto é retido pela pessoa jurídica destinatária da Nota Fiscal de produtor Rural, no caso a câmara fria que compra a pêsego do produtor. Na alíquota de 1,5% sobre o valor bruto da nota, 1,2% deste valor é destinado ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), 0,1% é destinado ao Risco de Acidentes de Trabalho (RAT) e 0,2% são destinados ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). A Tabela 11 apresenta o frete sobre a entrega dos produtos analisados nesse trabalho.

Tabela 11 – Frete sobre a entrega das culturas

Uva	Pêssego	Total
R\$3.800,00	R\$1.100,00	R\$4.900,00

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme demonstrado na Tabela 11, o produtor paga um valor de frete decorrente dele não possuir um caminhão próprio para entrega das frutas.

Através da Tabela 12 é possível analisar o consumo de combustível necessário para a produção de ambas as culturas, o produtor estimou que para todo o período de cultivo e processo de colheita sejam necessários cerca de R\$ 3.500,00.

Para o manuseio das maquinas o produtor utiliza 10 litros de óleo disel. Sabendo que o preço de cada litro é R\$3,20, o custo total do óleo diesel é de R\$3.500,00.

A Tabela 12 apresenta o rateio dos custos com óleo diesel entre os produtos analisados.

Tabela 12 – Rateio dos custos com óleo diesel.

Cultura	Uva	Pêssego	Total
% de rateio	57,14%	42,86%	100%
Total	R\$1.999,90	R\$1.500,10	R\$3.500,00

Fonte: Elaborado pela autora.

Para que a produção se desenvolva é necessário o consumo de água para tratamento das culturas.

Atualmente não se paga pela água do tratamento, em virtude de ser de poço artesiano.

4.2.2.2.3 Custos variáveis diretos na produção da Uva

Entre os gastos apresentados, foi considerado como custo variável da propriedade o gasto anual com insumos, visto que todos os anos as culturas necessitam desses elementos para o desenvolvimento da fruta. Nos insumos, é levantado o adubo necessário para a conservação do solo, fungicidas apropriados para o tratamento durante o desenvolvimento da flor e frutificação. A Tabela 13 apresenta os insumos por safra de uva.

Tabela 13 - Insumos por safra variedade de uva.

Insumos	Unidade	Quantidade	Valor	Total
Aliete	kg	12	R\$ 87,00	R\$1.044,00
Cal hidratada	Sacos	18	R\$ 15,00	R\$ 270,00
Cercobim	kg	5	R\$ 37,00	R\$ 185,00
Delan	kg	5	R\$ 132,00	R\$ 660,00
Dormex	Litros	3	R\$ 128,00	R\$ 384,00
Equation	Pacote	20	R\$ 49,00	R\$ 980,00
Folicur	Litros	6	R\$ 90,00	R\$ 540,00
Folpan	kg	36	R\$ 37,00	R\$1.332,00
Galben	kg	24	R\$ 67,00	R\$1.608,00
Sulfato de cobre	Sacos	6	R\$ 225,00	R\$1.350,00
Sumilex	kg	7	R\$ 121,00	R\$847,00
Total				R\$9.200,00

Fonte: elaborado pela autora.

Conforme descrito na Tabela 13, o total gasto com insumos agrícolas para a safra da uva foi de R\$ 9.200,00, é possível analisar que deste total, 17,47% foi destinado ao uso do defensivo de Galben, que para a uva, é utilizado para não pegar fungos, fundamental para prevenir doenças e reduzir as fontes de sobrevivência dos fungos.

4.2.2.2.4 Custos variáveis diretos na produção do Pêssego

Na Tabela 14 são apresentados todos os insumos necessários para o cultivo de Pêssego.

Tabela 14 – Insumos por safra por variedade de pêssego.

Insumos	Unidade	Quantidade	Valor	Total
Altacor	Pacote	1	R\$780,00	R\$ 780,00
Decis	Litros	2	R\$130,00	R\$ 260,00
Delan	kg	2	R\$132,00	R\$ 264,00
Dithane	kg	48	R\$ 22,00	R\$1.056,00
Escore	Litro	1	R\$180,00	R\$ 180,00
Imidam	Pacotes	12	R\$ 98,00	R\$1.176,00
Rovral	Litros	4	R\$112,00	R\$ 448,00
Total				R\$4.164,00

Fonte: Elaborado pela autora.

Em época de safra, é utilizada mão de obra humana na propriedade, sendo necessária a contratação de trabalhadores para a colheita e o uso de um caminhão para frete. Para desenvolver este trabalho, além de o proprietário pagar um valor ao dia por trabalhador, ele fornece a ele estadia. Assim, há um gasto considerável com alimentação, já que é fornecido café da manhã, almoço, lanche e jantar aos trabalhadores.

Através da Tabela 15, é possível o valor de mão de obra dos trabalhadores.

Tabela 15 – O valor de mão de obra dos trabalhadores.

	Poda (dias)	Raleio	Colheita (dias)	Total de dias	Trabalhadores	Valor por dia	Total
Pêssego	-	15	20	35	2	R\$130,00	R\$9.100,00
Uva	15	-	20	35	2	R\$130,00	R\$9.100,00
							R\$18.200,00

Fonte: Elaborado pela autora.

Como demonstrado na Tabela 15, cada trabalhador trabalha 20 dias na poda da uva, mais 20 dias no raleio do pêssego e 20 dias na colheita de ambas as culturas totalizando 35 dias em cada cultivar, tendo o produtor um custo de R\$

130,00 reais por dia por trabalhador. No final da safra o produtor tem um custo de R\$9.100,00 reais tanto na uva como no pêssego.

4.2.3 Análise comparativa dos totais dos custos dos cultivos

Após a análise dos dados fornecidos pelo produtor, objetivando unificar os dados, a Tabela 16 apresenta os totais de todos os custos e de cada cultura.

Tabela 16 – Análise comparativa dos custos.

CUSTOS DA PRODUÇÃO	UVA	PÊSSEGO
(+) Custos fixos depreciação	R\$ 7.787,62	R\$ 5.841,38
(+) Custos fixos	R\$ 15.272,66	R\$ 11.455,84
(+) Custos variáveis diretos	R\$ 24.099,90	R\$ 17.113,00
TOTAL	R\$ 47.160,18	R\$ 34.410,22

Fonte: Elaborado pela autora.

Na produção de uva é possível analisar que o custo mais representativo é custos variáveis sendo de aproximadamente 51,10% do total dos custos da safra.

Na Tabela 17 é possível analisar a apresentação líquida dos resultados.

Tabela 17 – Apresentação do resultado líquido.

	UVA	PÊSSEGO
Receita Bruta	R\$ 87.002,80	R\$ 83.260,00
Custo fixo + Custo variável	R\$ 47.160,18	R\$ 34.410,22
RESULTADO LÍQUIDO	R\$ 39.842,62	R\$ 48.849,78

Fonte: Elaborado pela autora.

Pela Tabela 17, percebe-se que a uva apresenta um total de R\$ 39.842,62 de lucro, sendo que a lucratividade da uva é de 45,79% sobre a receita bruta. Já no cultivo de pêssego a lucratividade é de 58,67%, verificando assim, que o cultivo de pêssego é mais lucrativo para o produtor.

Após serem apresentadas ao produtor rural as análises de margem de contribuição e ponto de equilíbrio, é relevante a apresentação do lucro líquido de cada cultura de uma forma simples conforme apresentado na Tabela 18.

Tabela 18 – Apuração do resultado pelo método de custeio variável por variedade.

	UVA	PÊSSEGO
RECEITA BRUTA	R\$ 87.002,80	R\$ 83.260,00
Uva Moscato Embrapa	R\$ 7.700,00	
Uva Malvazia de Candia	R\$ 21.488,40	-
Uva Magna	R\$ 8.510,00	-
Uva Isabel	R\$ 23.130,00	-
Uva Carmem	R\$ 12.494,40	-
Uva Cabernet Sauvignon	R\$ 13.680,00	-
RECEITA BRUTA		
Pêssego Chimarita		R\$ 44.800,00
Pêssego PS Precoce		R\$ 12.000,00
Pêssego PS Tardio		R\$ 26.460,00
RECEITA LÍQUIDA	R\$ 87.002,80	R\$ 83.260,00
(-) Custos variáveis	R\$24.099,90	R\$ 17.113,00
(=) Margem de contribuição	R\$62.902,90	R\$ 66.147,00
(-) Custos fixos	R\$ 23.060,28	R\$ 17.297,22
(=) Lucro líquido	R\$ 39.842,62	R\$ 48.849,78

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme apresentado, o pêssego teve um lucro líquido maior do que o uva levando em consideração que o pêssego possui um valor mais alto na hora da venda e possui menos custos para manter a produção enquanto que a uva produziu em 3,2 hectares o pêssego passa a ser produzido em 2,4 hectares.

4.2.3.1 Margem de contribuição por variedade de cultura

A margem de contribuição designa a diferença entre as vendas e os custos ou seja, é a quantia em dinheiro que sobra da venda do produto.

Ao apurar a margem de contribuição unitária Tabela 19, diminuindo a receita bruta com o custo variável, é possível apresentar os seguintes resultados.

Tabela 19 – Margem de contribuição unitária.

	UVA	PÊSSEGO
Preço de venda	R\$ 87.002,80	R\$ 83.260,00
(-) Custos variáveis	R\$ 24.099,90	R\$ 17.113,00
(=) Margem de contribuição	R\$ 62.902,90	R\$ 66.147,00
(÷) Quantidade produzida	77.020	47.000
(=) Margem de contribuição unitária	R\$ 0,82	R\$ 1,40

Fonte: Elaborado pela autora.

Em análise a Tabela 19, é possível verificar que a cultura de pêsego apresenta uma maior margem de contribuição em relação a uva que contribui em média R\$ 1,40 a cada unidade para cobrir os custos fixos da produção, já a uva possui em média R\$ 0,82 ao kg para cobrir seus custos fixos.

A partir do momento que o produtor conhece sua margem de contribuição, torna-se possível, também, analisar o ponto de equilíbrio das duas variedades, os quais são analisados nas seções seguintes.

4.2.3.2 Análise do ponto de equilíbrio por cultura

O ponto de equilíbrio é a quantidade que o produtor precisa vender de cada variedade para cobrir os custos necessários para a produção das mesmas.

Para a análise foram utilizadas as três formas de encontrar o ponto de equilíbrio, contábil, econômico e financeiro. A Tabela 20 traz o cálculo do ponto de equilíbrio contábil em quantidade.

Tabela 20 – Ponto de equilíbrio contábil.

	UVA	PÊSSEGO
Custos fixos totais	R\$ 23.060,28	R\$ 17.297,22
(÷) MC unitária	R\$ 0,82	R\$ 1,40
(=) PE contábil	28.122	12.355

Fonte: Elaborado pela autora.

O ponto de equilíbrio contábil considera os custos fixos totais da produção, e a partir dele é possível analisar a quantidade necessária que o produtor precisa vender da cada mercadoria para que atinja lucro.

A partir dos dados apurados é possível perceber que para não obter prejuízos na produção de uva é preciso vender mais de 28.122 quilos. Ao contrário do pêssigo que precisa vender apenas 12.355 quilos da variedade para não ficar no prejuízo

Em análise a Tabela 20, também é possível verificar que a cultura da uva apresenta uma menor margem de contribuição em relação ao pêssigo, à uva contribui em média R\$ 0,82 a cada unidade para cobrir os custos fixos da produção, já o pêssigo possui em média R\$ 1,40 ao kg para cobrir seus custos fixos.

Além do ponto de equilíbrio contábil, o produtor pode se basear também no ponto de equilíbrio econômico, apresentado na Tabela 21.

Tabela 21 – Ponto de equilíbrio econômico.

	UVA	PÊSSEGO
Custos fixos totais	R\$23.060,28	R\$17.297,22
(+) Custo de oportunidade	R\$10.000,00	R\$12.000,00
(÷) MC unitária	R\$0,82	R\$1,40
(=) PE econômico	40.318	20.927

Fonte: Elaborado pela autora.

Para o cálculo do ponto de equilíbrio econômico é necessário definir um valor que seja considerado como lucro mínimo para o produtor, no cálculo da Tabela 21 foi estipulado o valor de R\$10.000,00 para a uva e R\$ 12.000,00 para o pêssigo este valor somando com os custos fixos totais da produção, gerando assim, um novo valor para o ponto de equilíbrio que, comparado com o contábil apresenta um valor maior em quantidade, desta mesma forma, a produção ainda apresenta lucro em sua propriedade. Além de cobrir seus custos, a produção ainda está atingindo seus objetivos perante o rendimento esperado.

O outro ponto de equilíbrio é o financeiro, apresentado na Tabela 22. Neste cálculo são desconsiderados todos os custos e as despesas não desembolsáveis neste caso a depreciação de cada cultura, pelo fato de não se tratar de um desembolso financeiro. Pelo método de ponto de equilíbrio financeiro, também se obtém um resultado positivo para a produção.

Tabela 22 – Ponto de equilíbrio financeiro.

	UVA	PÊSSEGO
Custos fixos totais	R\$15.272,66	R\$ 11.455,84
(-) Depreciação	R\$ 7.787,66	R\$ 5.841,38
(÷) MC unitária	R\$ 0,82	R\$ 1,40
(=) PE financeiro	9.128	4.010

Fonte: Elaborado pela autora.

Outro método de avaliação da propriedade é o índice de lucratividade, onde o produtor consegue analisar qual foi o desempenho da sua safra. O índice mostra qual variedade gerou mais lucro para o produtor.

4.4.3.3 Índice de lucratividade

Outro método de avaliação da propriedade é o índice de lucratividade, onde o produtor consegue analisar qual foi o desempenho da sua safra. O índice mostra qual variedade gerou mais lucro para o produtor. Na Tabela 23, são apresentados os índices de lucratividade das cultivares analisada.

Tabela 23 – Índice de lucratividade por cultura.

	UVA	PÊSSEGO
Receita bruta de vendas	R\$ 87.260,00	R\$ 83.260,00
Lucro líquido	R\$ 39.842,62	R\$ 48.849,78
ÍNDICE DE LUCRATIVIDADE	45,66 %	58,67 %

Fonte: Elaborado pela autora.

Para o cálculo do índice de lucratividade, apresentado na Tabela 24, levou-se em conta a representatividade da receita bruta das vendas em relação ao lucro líquido de cada variedade.

Conforme Tabela 24 é apresentado o Índice de lucratividade por hectare.

Tabela 24 – Índice de lucratividade por hectare.

	Uva	Pêssego
Lucratividade	R\$ 39.842,62	R\$ 48.849,78
(÷) Área ocupada (ha)	3,2	2,4
(=) Lucratividade por Hectare	R\$ 12.450,81	R\$ 20.354,07

Fonte: Elaborado pela autora.

É possível verificar que conforme Tabela 23 o pêssego apresenta um índice maior, cerca de 58,67% da sua receita gera lucro para o negócio, considerando que a uva possui um maior hectare plantado de 3,20 enquanto o pêssego 2,4 ha. Porém, o pêssego apresenta uma maior lucratividade por hectare.

Segundo o produtor, em sua percepção, já considerava que a uva seria um cultivo menos rentável para a propriedade, principalmente por apresentar um valor mais baixo na venda do cultivo e o pêssego apresenta um valor mais alto na venda.

4.3 INDUSTRIALIZAÇÃO DE PRODUTOS

Além da atividade da agricultura, os proprietários produzem derivados da uva e do pêssego utilizando as frutas produzidas na propriedade, são realizadas industrializações dos produtos.

Na Tabela 25, são apresentados os insumos utilizados para a fabricação da uvada.

Tabela 25 – Produção da uvada.

Qtde	Insumos	Custo unitário	Custo total
100 kg	uva	0,90	R\$90,00
50 kg	açúcar	1,60	R\$80,00
1 botijão	gás	72,00	R\$72,00
10 horas	mão de obra	10,00	R\$100,00
Total			R\$342,00

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme a Tabela 25 são necessários alguns insumos para fabricação da uvada, são usados 100 kg de uva, possuindo um custo de R\$ 0,90 ao kg, custando um total de R\$ 90,00. Precisa-se também de 50 kg de açúcar á um custo de R\$1,60 por kg, totalizando R\$ 80,00, e para a fabricação da mesma são necessárias 10 horas de mão de obra a um custo de R\$10,00 a hora, totalizando R\$100,00 para o cozimento é necessário 1 botijão de gás custando R\$ 72,00 totalizando um custo final de R\$342,00.

Os equipamentos usados para a fabricação dos produtos estão totalmente depreciados.

Conforme Tabela 26 apresenta-se o custo com embalagem da uvada.

Tabela 26 – Custos com embalagem da uvada.

un	item	custo unitário	total
100	vidro	1,40	R\$140,00
100	tampa	0,50	R\$50,00
			R\$190,00

Fonte: Elaborado pela autora.

Após a produção da uvada é necessário embalá-la em um vidro com tampa conforme Tabela 26, que mostra o custo do vidro é R\$ 1,40 e a tampa R\$ 0,50 para a quantidade de produto apresentada, totalizando um custo de R\$ 190,00.

Na Tabela 27, é apresentado o custo total da uvada.

Tabela 27 – Custo total da uvada.

(+) Custo de produção	R\$324,00
(+) Custo de embalagem	R\$190,00
(=) Custo total	R\$514,00

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme, Tabela 27 o custo total da produção da uvada é de R\$ 532,00, resultado na produção de 100 kg de uva. Cada um destes vidros contém 1 kg de uvada, totalizando o custo de R\$ 5,32 cada vidro.

O produtor vende a uvada a R\$ 10,00 cada vidro, portanto se o custo unitário é de R\$ 5,32 o produto possui uma margem de contribuição de R\$ 4,68.

Na Tabela 28, é apresentada a produção da compota de pêssego.

Tabela 28 - Produção da compota de pêssego.

Qtde	Insumos	Custo unitário	Custo total
700 kg	pêssego	1,89	R\$1.323,00
280 kg	açúcar	1,60	R\$448,00
3 botijões	gás	72,00	R\$216,00
80 horas	mão de obra	10,00	R\$800,00
Total			R\$2.787,00

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme, a Tabela 28 são necessários alguns insumos para fabricação da compota de pêssego, são usados 700 kg de pêssego, possuindo um custo de R\$ 1,89 ao kg, custando um total de R\$ 1.323,00. Precisa-se também de 280 kg de açúcar á um custo de R\$1,60 por kg, totalizando R\$ 448,00, e para a fabricação da mesma são necessárias 80 horas de mão de obra a um custo de R\$10,00 a hora, totalizando R\$800,00 para o cozimento são necessários 3 botijões de gás custando R\$ 72,00 totalizando um custo final de R\$216,00.

Conforme Tabela 29 apresenta-se o custo com embalagem da compota de pêssego.

Tabela 29 – Custos com embalagem da compota de pêssego.

un	item	custo unitário	total
700	vidro	1,40	R\$980,00
700	tampa	0,50	R\$350,00
			R\$1.330,00

Fonte: Elaborado pela autora.

Após a produção da compota de pêssego é necessário embalá-la em um vidro com tampa conforme Tabela 29, que mostra o custo do vidro é R\$ 1,40 e a tampa R\$ 0,50 para a quantidade de produto apresentada, totalizando um custo de R\$ 1.330,00.

Na Tabela 30, é apresentado o custo total da compota de pêssego.

Tabela 30 – Custo total da compota de pêssego.

(+) Custo de produção	R\$2.787,00
(+) Custo de embalagem	R\$1.330,00
(=) Custo total	R\$4.117,00

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme Tabela 30 o custo total da produção da compota de pêssego é de R\$ 4.117,00, resultando a produção de 700 kg de pêssego. Cada um destes vidros contém 1 kg de pêssego totalizando o custo de R\$ 5,88 cada vidro.

O produtor vende a compota de pêssego a R\$ 10,00 cada vidro, portanto se o custo unitário é de R\$ 5,88 o produto possui uma margem de contribuição de R\$ 4,12.

Na Tabela 31, é apresentada a produção da pessegada.

Tabela 31 – Produção da pessegada.

Qtde	Insumos	Custo unitário	Custo total
90 kg	pêssego	1,89	R\$170,10
45 kg	açúcar	1,60	R\$72,00
1 botijão	gás	72,00	R\$72,00
10 horas	mão de obra	10,00	R\$100,00
Total			R\$414,10

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme, a Tabela 31 são necessários alguns insumos para fabricação da pessegada, são usados 90 kg de pêssego, possuindo um custo de R\$ 1,89 kg, custando um total de R\$ 170,10. Precisa-se também de 45 kg de açúcar á um custo de R\$1,60 por kg, totalizando R\$ 72,00, e para a fabricação da mesma são necessárias 10 horas de mão de obra a um custo de R\$10,00 a hora, totalizando R\$100,00 para o cozimento é necessário 1 botijão de gás custando R\$ 72,00 totalizando um custo final de R\$414,10.

Conforme, Tabela 32 apresenta-se o custo com embalagem da pessegada.

Tabela 32 – Custos com embalagem da pessegada.

un	item	Custo unitário	total
90	vidro	1,40	R\$126,00
90	tampa	0,50	R\$45,00
			R\$171,00

Fonte: Elaborado pela autora.

Após a produção da pessegada é necessário embalá-la em um vidro com tampa conforme Tabela 32, que mostra o custo do vidro é R\$ 1,40 e a tampa R\$ 0,50 para a quantidade de produto apresentada, totalizando um custo de R\$ 171,00.

Na Tabela 33, é apresentado o custo total da pessegada.

Tabela 33 – Custos totais da pessegada.

(+) Custo de produção	R\$4.414,10
(+) Custo de embalagem	R\$171,00
(=) Custo total	R\$585,10

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme Tabela 33 o custo total da produção da pessegada é de R\$ 585,10 resultando na produção de 90 kg de pêssego. Cada um destes vidros contém 1 kg de pessegada totalizando o custo de R\$ 6,50 cada vidro.

O produtor vende a pessegada a R\$ 10,00 cada vidro, portanto se o custo unitário é de R\$ 6,50 o produto possui uma margem de contribuição de R\$ 3,50.

4.4 ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS

Por se tratar de uma pequena propriedade familiar, os produtores rurais não a consideravam uma empresa, por este motivo, não avaliavam a necessidade de analisar os custos e receitas.

Nunca pensaram na possibilidade de analisar o lucro por safra, porque o que recebiam pela venda de uma safra, compravam os insumos para a produção da outra e o que sobrava de dinheiro era considerado lucro. Assim como a maioria dos produtores rurais, também não tinham conhecimento de que é possível calcular o custo do desgaste físico de um bem, distribuindo o valor de aquisição pelos anos de uso, onde é calculado através da depreciação.

Desta forma, a análise foi de extrema importância para o produtor que mostrou-se surpreso com os valores finais. Identificou-se que gera um lucro líquido de R\$ 39.842,62 e o pêssego com um lucro de R\$ 48.849,78 através do método do custeio variável. A partir daí, foram analisados a margem de contribuição e os três métodos de cálculo do ponto de equilíbrio.

A margem de contribuição apresentou um valor de R\$ 0,82 por quilograma para cobrir os custos e as despesas fixas da safra, já o pêssego apresentou um valor mais alto, chegando a R\$ 1,40 por unidade.

Em relação aos três métodos de cálculo do ponto de equilíbrio, em análise com o próprio produtor, verificou-se que no contábil o produtor precisa vender 28.122 kg de uva de um total produzido de 77.020 kg para que consiga atingir seu ponto de equilíbrio contábil. No pêssego o cálculo analisou que para que a propriedade atinja seu PEC, seja preciso vender cerca de 12.355 kg do cultivar.

No ponto de equilíbrio econômico, onde é considerado um percentual de rentabilidade para o negócio, os valores foram de 40.318 kg de uva e de 20.927 kg de pêssego. E por fim, o ponto de equilíbrio financeiro, aquele que não considera custos não desembolsáveis, 9.128 kg para a uva e 4.010 kg para o pêssego.

Finalizando o estudo, foi calculado o índice de lucratividade das duas culturas analisadas, revelando assim um percentual de 45,66% de lucro para o negócio de uva, revelando-se que o pêssego é mais lucrativo com 58,67%.

4.4.1 SUGESTÕES PARA O PRODUTOR

Com base estudo de caso realizado, utilizando os indicadores e cálculos feitos, a seguir são apresentadas algumas sugestões para continuidade e crescimento do negócio na propriedade rural familiar estudada.

A primeira sugestão é aos poucos substituir a plantação de uva, pela de pêssego, pois conforme a Tabela 24, o pêssego apresenta mais lucro que a uva por hectare.

Segunda sugestão seria utilizar a uva para fazer uvada em vez de vender para a vinícola, pois a vinícola paga em torno de R\$ 1,00 ao kg e o produtor ganha de lucro R\$ 4,68 por vidro.

E por último não menos importante seria o produtor fazer a constituição da empresa com rótulo e registro de inspeção de saúde e informações nutricionais. A ponto que foi abordado neste trabalho.

4.4.2 SUGESTOES DE TRABALHO FUTUROS

Para continuação de trabalhos futuros sugiro fazer a pesquisa nos mesmos moldes que este trabalho, em propriedades da mesma região, mas com produtos

diferentes. Outra sugestão é fazer o estudo em propriedades de outras regiões que produzem os mesmos produtos. Além disso, pode ser feita a elaboração dos custos de adequação da produção industrial na empresa estudada como adaptação nas instalações, espaço e equipamentos.

5 CONCLUSÃO

A contabilidade está se tornando uma excelente ferramenta de controle gerencial para os produtores rurais. A agricultura familiar vem crescendo consideravelmente, tendo na atualidade uma importância no setor agrícola, social e econômico no país. Sendo assim, o objetivo deste trabalho foi o levantamento de dados para a análise dos custos e da lucratividade para a implantação de um sistema de custos na atividade agrícola, de culturas temporárias.

O objetivo geral deste trabalho foi atingido, pois, no capítulo 3.2 foram analisados custos e a lucratividade das culturas estudadas. O primeiro objetivo específico foi atingido, pois no capítulo 4 foi apresentado a agricultura rural e produção de culturas permanentes. O segundo objetivo específico foi atingido, pois no capítulo 2.3 foi apresentado os conceitos relativos a custos na atividade agrícola. O terceiro objetivo específico foi atingido, pois no capítulo 4.1 foi apresentado o estudo de caso em uma propriedade agrícola de duas culturas o pêssego e a uva. O quarto objetivo específico foi atingido, pois no capítulo 4.3 foi demonstrado os resultados encontrados sobre a industrialização dos produtos . Quanto às hipóteses apresentadas a primeira hipótese é verdadeira, pois conforme a Tabela 23 percebeu-se que o cultivo de pêssego é o que apresenta mais lucratividade e sim mais lucrativo por hectare, conforme Tabela 24. A segunda hipótese também se mostrou verdadeira, há diferença significativa nos resultados da produção das duas culturas, conforme apresentado na Tabela 23 percebeu que o índice de lucratividade deu uma diferença de 13,01%. E a terceira hipótese é falsa em partes, pois, a uva apresenta mais produtividade em função dos hectares plantados, mas não é mais lucrativa, conforme Tabela 23 mostra que o pêssego possui uma maior lucratividade em função do valor recebido pelo mesmo.

Com a elaboração deste trabalho ficou evidenciado que contabilidade rural, por sua vez, atua auxiliando no gerenciamento e na adoção de estratégias que permitam melhorar os resultados, assim é possível aumentar a produtividade e o lucro. Cada vez mais a agricultura percebe a necessidade de um profissional contábil, visto que muitos produtores, por não terem conhecimento, acabam se equivocando em algumas decisões , o que compromete a continuidade do negócio.

Por fim, acredito que todos os profissionais contábeis precisam ir em busca de novos desafios, explorar as mais diversas áreas nas quais a contabilidade pode

ser utilizada como ferramenta e compartilhar conhecimento com as demais pessoas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos do agronegócio**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2013.

ARRUDA, Leila Lucia; SANTOS, Celso José. **Contabilidade Rural**. 240 p. Curitiba, Intersaberes, 2018. p. 111 - 179. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br>>. Acesso em: 07 Mai. 2019.

BITTENCOURT, Daniela. EMBRAPA: **Agricultura familiar, desafios e oportunidades rumo à inovação**, 2018. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/31505030/artigo---agricultura-familiar-desafios-e-oportunidades-rumo-a-inovacao>>. Acesso em: 31 mai 2018.

BORNIA, Antonio Cezar . **Análise gerencial de custos**: aplicação em empresas modernas – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2019.

BRUNI, Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. **Gestão de custos e formação de preços**: com aplicações na calculadora HP 12C e Excel. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2012. Disponível em: <<https://ucsvirtual.ucs.br/startservico/MIB/>>. Acesso em: 14 mai. 2019.

CARDOSO, Ricardo Lopes et al. **Contabilidade geral**: introdução à Contabilidade Societária, 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

CRCSP - Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo. **Curso de contabilidade Gerencial**. São Paulo: Atlas, 1997.

CREPALDI, Silvio aparecido **contabilidade rural**: uma abordagem decisoria. -2. Ed. Revista, atualizada e ampliada-São Paulo: Atlas, 1998.

CREPALDI, Silvio aparecido **contabilidade gerencial**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 1998.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Rural**: uma abordagem decisoria. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2016.

CREPALDI, Silvio Aparecido, CREPALDI, Guilherme Simões. **Contabilidade de Custos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597014181/cfi/6/32!/4@0:0> >. Acesso em 21 maio. 2019.

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. **Contabilidade de custos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

DUTRA, René Gomes. **Custos: uma abordagem prática**, 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

EMBRAPA – Empresa brasileira de pesquisa e agropecuária.

Uvas Sem Sementes Cultivares BRS Morena, BRS Clara e BRS Linda. 2018. Disponível

em: <<https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Uva/UvasSemSem ent es/implantacao.htm>>. Acesso em 17 out.2018.

EMATER. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal. Disponível em <http://www.emater.al.gov.br/agricultura-familiar/agricultura-familiar>. Acesso 04 mai. 2019.

EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA E AGROPECUÁRIA. **Sistema de Produção de Pêssego de Mesa na Região da Serra Gaúcha.** 2003. Disponível em: <<https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Pessego/PessegodeM esaRegiaoSerraGaucha/>>. Acesso em: 04 mai 2019.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Disponível em <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/112196/1/Cultivo-da-videira-32070.pdf>. Acesso 29 mai 2019.

FAVERO, Hamilton Luiz; LONARDONI, Mário; SOUZA, Clóvis de; TAKAKURA, Massakazu. **Contabilidade Teoria e Prática.** São Paulo: Atlas, 1997.

FONSECA, Alan Sales da / Método de custeio. – Varginha, 2015.

FUNRURAL e o regime de recolhimento da contribuição previdenciária. **Rede Jornal Contábil.** 2 jan. 2019. Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/funrural-e-o-regime-de-recolhimento-da-contribuicao-previdenciaria/>. Acesso em: 25 ago. 2019.

HOOG, Wilson Alberto Zappa. *Exame de suficiência em contabilidade: contabilidade de custos.* Curitiba: Juruá, 2013.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARION, José Carlos, FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à Teoria da Contabilidade.** 5. Ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

LEONE, George Sebastião Guerra; LEONE, Rodrigo José Guerra. **Curso de contabilidade de custos.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LOPES, Frederico F. (Org.). **Agroperformance: Um método de planejamento e gestão estratégica para empreendimentos agro visando alta performance.** São Paulo: Atlas, 2012.

MALHEIROS, Bruno Taranto. **Metodologia da Pesquisa em Educação.** Rio de Janeiro. Grupo Editorial Nacional, 2011.

MARION, Jose Carlos **contabilidade rural:** contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica. São Paulo: Atlas 1985.

MARION, José Carlos. **Contabilidade rural**: contabilidade agrícola, contabilidade pecuária e imposto de renda. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, Eliseu **contabilidade de custos** 10. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Eliseu **contabilidade de custos** 11. ed. - São Paulo: Atlas, 2018.

MEGLIORINI, Evandir. **Custos: análise e gestão**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

MENDES, Judas Tadeu Grassi; PADILHA JUNIOR, João Batista. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

NEVES, Silvério; Viceconti, Paulo. **Contabilidade de Custos**: um enfoque direto e objetivo. 11 ed. São Paulo: Saraiva 2013. p. 08 - 20. Disponível em:<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br>>. Acesso em: 21 mai. 2019.

PADOVEZE, Clóvis Luís **Contabilidade de Custos: teoria, prática, Integração com Sistemas de Informações (ERP)**- Saõ Paulo: Cengage Learnig, 2013.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho de. **Análise das demonstrações financeiras**. 3. ed. rev. e aum. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2013. Disponível em:<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522114689/cfi/3!/4/4@0.00:33.8>>. Acesso em 29 mai. 2019.

PADOVEZE, Clóvis L. **Contabilidade de custos**. 1. ed. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2014.

Portal do Agronegócio. Disponível em: <<https://www.portaldoagronegocio.com.br/pagina/o-que-e>>. Acesso 04 mai. 2019.

REIS, Rafael. **Contabilidade rural**: No Brasil, o agronegócio possui um papel importantíssimo na economia, sendo responsável por, pelo menos, 1/3 do Produto Interno Bruto - PIB. 2012. Disponível em:<<http://www.contabeis.com.br/artigos/767/contabilidade-rural/>>. Acesso em: 4 mai. 2019.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica**. 3. ed. São Paulo: Saraiva 2013.

_____. **Contabilidade de custos fácil**. 8. ed. São Paulo: Saraiva 2013.

_____. **Contabilidade de custos**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

REVISTA GLOBO RURAL. Disponível em <https://revistagloborural.globo.com/vida-na-fazenda/como-plantar/noticia/2014/10/como-plantar-uva.html>. Acesso 29 mai

2019.

RIBEIRO, Osni Moura **Contabilidade de custos** - 5. ed. - São Paulo: Saraiva, 2018.

SANTOS, José Luiz dos et al. **Manual de contabilidade de custos**: Atualizado pela Lei nº 12.973/2014 e pelas Normas do CPC até o documento de revisão de pronunciamentos técnicos no 03/2013. São Paulo: Atlas, 2015.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Cálculo da lucratividade do seu negócio**. 2018. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/calculo-da-lucratividade-do-seu-negocio,21a1ebb38b5f2410VgnVCM100000b272010aRCRD> >. Acesso em: 29 mai. 2019.

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. **Curso técnico em agronegócio**: contabilidade rural. Disponível em <http://senar-es.org.br/doc/uc/UC%209%20-%20Contabilidade%20Rural.pdf>. Acessado em 09/05/2019.

SILVA, Raimundo Sousa, LINS, Luiz Santos. **Gestão de custos: contabilidade, controle e análise**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SOUZA, Alceu, Clemente, Ademir. **Gestão de custos: aplicações operacionais e estratégicas: exercícios resolvidos e propostos com utilização do Excel**. - 2.ed.-São Paulo: Atlas, 2011.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Departamento de agronomia. Disponível em: http://www.uel.br/cca/agro/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=58&Itemid=2. Acessado em 04/05/2019.

VEIGA, Windsor Espenser; SANTOS, Fernando de Almeida. **Contabilidade de custos: gestão em serviços, comércio e indústria**. São Paulo: Atlas, 2016.

VICECONTI, Paulo, NEVES Silvério das/ **contabilidade de custos**. -11. ed, rev e atual. - São Paulo: Saraiva 2013.

YANASE, João **Custos e formação de preços: importante ferramenta para tomada de decisões**. São Paulo: Trevisan Editora, 2018.